Sábado, 18 de julho de 2026 **I Série — Número 113**

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 17 DE JULHO DE 2026

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
José António Ribeiro de Carvalho
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Maria Germana de Sousa Rocha

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas.

Ao abrigo do artigo 72.º do Regimento, procedeu-se ao debate de urgência, requerido pelo PCP, sobre «Exames Nacionais», tendo usado da palavra, a diverso título, além do Ministro da Educação, Ciência e Inovação (Fernando Alexandre) e do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim), os Deputados Paula Santos (PCP), Angélique Da Teresa (IL), Porfírio Silva (PS), Filipe Sousa (JPP), André Ventura (CH), Filipa Pinto (L), Fabian Figueiredo (BE), Pedro Alves (PSD), Aida Carvalho (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Pedro Pinto (CH), Paulo Núncio (CDS-PP), Manuela Tender (CH) e Rui Cardoso (CH).

Foi aprovada a parte deliberativa (*a*) do Projeto de Voto n.º 657/XVII/1.ª (apresentado pelo CH) — De pesar pelo falecimento da cantora Bonnie Tyler. Foi lido o Projeto de Voto n.º 668/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pela morte do Padre João Felgueiras, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (*a*), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovadas as partes deliberativas (*a*) dos Projetos de Voto n.os 653/XVII/1.ª (apresentado pelo Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Chile) — De solidariedade pelo vigésimo aniversário do falecimento dos operacionais chilenos e português em Famalicão da Serra e 667/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação pelos 30 anos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 1139/XVII/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Cabo Verde.

Procedeu-se à votação, na generalidade, especialidade e final global, do Projeto de Lei n.º 716/XVII/1.ª (PSD, CH, PS,

IL, CDS-PP, PAN, JPP) — Estabelece a orgânica do Registo de Transparência da Representação de Interesses (RTRI), que foi aprovado, bem como dos Projetos de Lei n.os 414/XVII/1.ª (PSD, PS, CH, IL, L, CDS-PP, JPP) — Procede à alteração dos limites territoriais entre os municípios de Gondomar e Porto, nomeadamente a divisão administrativa entre as freguesias de Rio Tinto, União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova e União das freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim do município de Gondomar com a freguesia Campanhã do município do Porto, 415/XVII/1.ª (PSD, PS, CH, IL, L, CDS-PP, JPP) — Procede à alteração dos limites territoriais entre as freguesias de Lodares e União de Freguesias de Cristelos Boim e Ordem, do município de Lousada e a freguesia de Bustelo, do município de Penafiel e 416/XVII/1.ª (PSD, PS, CH, IL, L, CDS-PP, JPP) — Procede à alteração dos limites territoriais entre as freguesias de Galegos, Rans, Irivo, Guilhufe e Urrô do município de Penafiel, que foram aprovados.

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.os 745/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a reabertura integral da linha ferroviária do Corgo, entre Peso da Régua e Chaves, 1036/XVII/1.ª (L) — Recomenda a abertura da linha ferroviária do Corgo e a concretização da ligação de Chaves à rede ferroviária nacional, 1077/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a reabertura da linha ferroviária do Corgo e a sua integração na Rede Ferroviária Nacional e 1081/XVII/1.ª (PCP) — Pela reativação e modernização da linha ferroviária do Corgo, que foram aprovados.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 576/XVII/1.ª (L) — Proíbe a detenção de pessoas particularmente vulneráveis em centros de instalação temporária e espaços equiparados.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 386/XVII/1.ª (PS) — Cria o regime jurídico para a definição do preço do gás, a subsidiação aos consumidores para a aquisição de GPL engarrafado, determina a alteração da regulamentação da revenda do GPL em botija e procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro.

Em votação global, foram aprovadas as Propostas de Resolução n.os 16/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Acordo relativo ao Espaço de Aviação Comum entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Arménia, por outro, feito em Bruxelas, em 15 de novembro de 2021 e 17/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Acordo sobre o Espaço de Aviação Comum entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Ucrânia, por outro, feito em Kiev, em 18 de outubro de 2021.

A Proposta de Resolução n.º 18/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Segundo Protocolo de Revisão da Convenção sobre Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas e do Protocolo Adicional, entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha, relativo ao Regime de Caudais do Rio Guadiana na Secção de Pomarão, assinado em Madrid, a 24 de fevereiro de 2026, foi também aprovada, em votação global.

Procedeu-se à votação final dos Projetos de Resolução n.os 1095/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo a criação da medida «Uva para Destilação 2026», em regime de apoio reembolsável, destinada à valorização dos excedentes vitivinícolas da Região Demarcada do Douro e à proteção do rendimento dos viticultores, que foi aprovado; 1101/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a criação de um mecanismo de emergência para a facilitação do regresso de luso-venezuelanos a Portugal; 18/XVII/1.ª (PAN) — Pela reativação do programa Trabalhos & Competências Verdes e criação de bolsas ou licenças para os trabalhadores que pretendam desenvolver as suas competências verdes; e 213/XVII/1.ª (PAN) — Por medidas nacionais e europeias de combate à poluição luminosa e aos seus impactos, que foram rejeitados, bem como dos Projetos de Resolução n.os 216/XVII/1.ª (PAN) — Pela valorização da carreira de vigilante da natureza e do respetivo estatuto profissional, que foi aprovado; 228/XVII/1.ª (PAN) – Pela mitigação dos impactos das partículas ultrafinas emitidas pelo setor da aviação, 452/XVII/1.ª (PAN) — Pela transição para fogos de artifício silenciosos em eventos públicos, em proteção do bem-estar animal, da saúde pública e do ambiente, 823/XVII/1.ª (PAN) — Pela revisão do projeto de expansão do Porto de Leixões, garantindo a proteção ambiental e a salvaguarda dos interesses da população, que foram rejeitados; 1120/XVII/1.ª (PCP) — Medidas urgentes para abertura de caminhos, limpeza segura, reforço de vigilância e prevenção de incêndios na Mata Nacional de Leiria e em outras zonas atingidas pelas tempestades na região centro, 1008/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que garanta a sustentabilidade financeira e operacional das respostas de apoio a vítimas de violência doméstica e de tráfico de seres humanos, 1011/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que implemente integralmente o Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, nos estabelecimentos prisionais, garantindo a criação da estrutura de Direção de Enfermagem, 1093/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a aprovação e implementação efetiva de uma Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, 1068/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que adote as medidas necessárias à viabilização da construção do novo Quartel-Sede dos Bombeiros Voluntários de Proença-a-Nova, que foram aprovados; 1021/XVII/1.ª (PCP) — PRR – alargar prazo de execução, garantir a construção de equipamentos em curso, fixar e valorizar trabalhadores essenciais ao aproveitamento de fundos comunitários, 1106/XVII/1.ª (PCP) — Apoios específicos ao movimento associativo popular, associações de bombeiros e instituições de solidariedade social, que foram rejeitados; 1107/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas excecionais para concluir a apreciação das candidaturas aos apoios na sequência das tempestades do último inverno, 975/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a criação de um Serviço de Urgência Básica no Centro de Saúde de Coruche, 902/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que promova a disponibilização de meios eletrónicos de pagamento nas transações comerciais, que foram aprovados; 956/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que se oponha resolutamente à criação de um Euro Digital e a qualquer iniciativa europeia no sentido da supressão do numerário, 1121/XVII/1.ª (PCP) — Apoios às empresas e explorações agrícolas afetadas pelas intempéries em 2026, que foram rejeitados; 1033/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo que no âmbito dos Protocolos celebrados com o Governo do Reino de Espanha diligencie no sentido da suspensão das obras nas minas San Juan (Gudinã), que foi aprovado; 1123/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que declare o Ministro da Segurança Nacional israelita, Itamar Ben-Gvir, como *persona non grata*, 14/XVII/1.ª (PAN) — Pela eliminação progressiva e socialmente justa até 2030 dos subsídios relativos a combustíveis fósseis e por um plano de ação que a concretize, 524/XVII/1.ª (PAN) — Pela redefinição do regime de tutela do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, assegurando a sua tutela exclusiva pelo Ministério do Ambiente e Energia, 702/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que proteja os consumidores e proceda à aprovação da portaria de fixação de margens máximas de comercialização para os combustíveis simples, que foram rejeitados.

Em votação final global, foi aprovado, por maioria dos Deputados em efetividade de funções, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 1061/XVII/1.ª (IL) – Recomenda ao Governo a definição de critérios baseados na ciência para a utilização de equídeos em atividades de turismo, lazer e trabalho.

Em votação final global, foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 9/XVII/1.ª (ALRAA) – Décima alteração à Lei Eleitoral para

a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na sua redação atual.

Foi aprovado, em votação final global, na generalidade e na especialidade (assunção, pelo Plenário, das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão), o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 82/XVII/1.ª (GOV) – Transpõe a Diretiva (UE) 2024/1712, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, alterando o Código Penal, o Código de Processo Penal e à Lei n.º 104/2009, de 14 de setembro, e procede à criação da figura do Coordenador Nacional Antitráfico de Seres Humanos e à designação do ponto focal para a referenciação transfronteiriça das vítimas, tendo sido igualmente aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 69/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a criar processo especial de venda de coisa imóvel indivisa e a alterar o Código Civil e o Código de Processo Civil; o texto final, apresentado pela Comissão de Defesa Nacional, relativo ao Projeto de Lei n.º 153/XVII/1.ª (CH) — Estende a gratuitidade dos transportes públicos aos antigos combatentes em todo o território nacional; e o texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativo à Proposta de Lei n.º 78/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a rever o Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, que estabelece o regime aplicável às contraordenações aeronáuticas civis.

Na sequência da aprovação de um requerimento, apresentado pelo L, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade das propostas de alteração do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo às Propostas de Lei n.º 75/XVII/1.ª (GOV) e 76/XVII/1.ª (GOV) — Assegura a execução dos Regulamentos (UE) 2024/1349, 2024/1356, 2024/1347, 2024/1348, 2024/1350, 2024/1351 e 2024/1359, transpõe as Diretivas (UE) 2024/1346 e 2024/1233, e altera a Lei n.º 34/94, de 14 de setembro, que define o regime de acolhimento de estrangeiros ou apátridas em centros de instalação temporária, a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, e a Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária, usaram da palavra os Deputados Paulo Muacho (L), Paula Santos (PCP), Pedro Delgado Alves (PS), Ricardo Lopes Reis (CH), António Rodrigues (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Fabian Figueiredo (BE) e Rui Rocha (IL). No fim, foi aprovado, em votação final global, o mesmo texto final.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Lei n.º 47/XVII/1.ª (CH) — Proíbe a ocultação do rosto em espaços públicos salvo determinadas exceções.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (assunção, pelo Plenário, das votações indiciárias realizadas em sede de Comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 83/XVII/1.ª (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2023/1544, e estabelece o regime sancionatório aplicável às infrações das normas constantes da referida Diretiva e do Regulamento (UE) 2023/1543, relativo às ordens europeias de produção e de conservação para efeitos de prova eletrónica e de execução de penas privativas de liberdade na sequência de processos penais, relativamente ao qual foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativo à Proposta de Lei n.º 46/XVII/1.ª (ALRAM) — Aprova a primeira alteração à Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica, e aos Projetos de Lei n.os 396/XVII/1.ª (PSD) — Procede à alteração da Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica (TVDE) e 466/XVII/1.ª (CDS-PP) — Altera a Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica (TVDE).

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo aos Projetos de Resolução n.os 719/XVII/1.ª (L), 904/XVII/1.ª (CH), 923/XVII/1.ª (PAN) e 972/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a revisão do financiamento das refeições escolares e a garantia da igualdade de tratamento dos alunos abrangidos por contratos de associação.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Lei n.os 412/XVII/1.ª (PS) — Cria a carreira especial de medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde e 544/XVII/1.ª (PAN) — Procede à criação da carreira especial de medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (assunção, pelo Plenário, das votações indiciárias realizadas em sede de Comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão Saúde, relativo ao Projeto de Lei n.º 106/XVII/1.ª (L) — Alteração à Lei n.º 33/2025, de 31 de março, que promove os direitos na gravidez, no parto e no puerpério, e altera a Lei n.º 15/2014, de 21 de março. O autor da iniciativa retirou-a a favor do texto de substituição.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Resolução n.os 602/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo o reforço de meios e instrumentos ao dispor das forças de segurança no domínio da violência contra as mulheres e violência doméstica, 603/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que garanta que todas as vítimas de violência no namoro tenham acesso a um apoio eficaz, inclusivo e respeitador dos seus direitos e 31/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a implementação urgente de um plano de ação e investimento para a prevenção e combate à violência doméstica e no namoro.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.os 1062/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo o reforço dos apoios às famílias monoparentais e a revisão dos escalões de acesso ao abono de família.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.os 784/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que fomente o estudo de terapias alternativas e complementares ao uso de antibióticos, designadamente a terapia fágica, 815/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a implementação efetiva e coordenada da terapia fágica em Portugal, com base na Deliberação n.º 112/CD/2024, do INFARMED, e 830/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo o acompanhamento da aplicação da Deliberação n.º 112/CD/2024, do INFARMED, relativa à terapia fágica.

Na sequência da aprovação de um requerimento, apresentado pelo PCP, de avocação pelo Plenário da votação, na especialidade, do Projeto de Lei

n.º 508/XVII/1.ª (PCP) — Aplica a lei da concorrência aos processos pendentes, usaram da palavra os Deputados Alfredo Maia (PCP), Patrícia Gonçalves (L), Nuno Fazenda (PS), Filipe Melo (CH), Paulo Núncio (CDS-PP) e Fabian Figueiredo (BE). De seguida, foi aprovado, na especialidade e em votação final global, aquele projeto de lei.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública relativo ao Projeto de Lei n.º 642/XVII/1.ª (PSD) — Procede à interpretação autêntica da Verba 2.23 da Lista I anexa ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, na redação dada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.

Foi aprovado o requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões relativamente ao texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública relativo ao Projeto de Lei n.º 642/XVII/1.ª (PSD) — Procede à interpretação autêntica da Verba 2.23 da Lista I anexa ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, na redação dada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.

Foi aprovado, na especialidade (assunção, pelo Plenário, das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de comissão) e em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão da Reforma do Estado e Poder Local relativo à Proposta de Lei n.º 19/XVII/1.ª (ALRAA) — Altera o Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar o levantamento da imunidade parlamentar a uma Deputada do Chega.

Deu-se conta dos resultados das eleições que decorreram durante a reunião plenária, tendo sido eleitos:

Para o Conselho Nacional de Educação, António Pedro Barbas Homem;

Para a Comissão Nacional de Eleições, António Francisco dos Santos Pragal Colaço.

No âmbito da aprovação do texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação relativo à Proposta de Lei n.º 46/XVII/1.ª (ALRAM) e aos Projetos de Lei n.os 396/XVII/1.ª (PSD) e 466/XVII/1.ª (CDS-PP), proferiram declarações de voto os Deputados Luís Moreira Testa (PS), Gonçalo Lage (PSD), Paula Santos (PCP), Jorge Miguel Teixeira (IL), Francisco Gomes (CH), Jorge Pinto (L) e Paulo Núncio (CDS-PP).

No âmbito da aprovação do texto de substituição, apresentado pela Comissão Saúde, relativo ao Projeto de Lei n.º 106/XVII/1.ª (L), proferiram declarações de voto os Deputados Isabel Mendes Lopes (L), Joana Cordeiro (IL), Patrícia Nascimento (CH), Inês de Sousa Real (PAN) e João Pinho de Almeida (CDS-PP).

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 25 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Bom dia a todos, pedia às autoridades o favor de abrirem as portas das galerias, para o acesso do público.

Eram 10 horas.

Pausa.

O Governo já está presente pelo que estamos em condições de iniciar os nossos trabalhos. Cumprimento os Srs. Ministros e o Sr. Secretário de Estado presentes na nossa sessão plenária.

Peço aos Srs. Deputados o favor de se sentarem. Como sabem, a nossa ordem de trabalhos é longa e temos um guião de votações de 21 páginas, portanto será bom se conseguirmos ser eficazes.

Dou agora a palavra ao Sr. Secretário Francisco Figueira para dar conta das diligências habituais.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, apenas para dar nota à Câmara de que já se encontram disponíveis no portal da Assembleia da República as iniciativas que deram entrada na Mesa desde a sessão de ontem. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Antes de prosseguirmos, lembro os Srs. Deputados que temos votações a decorrer na Sala do Senado, de agora até ao meio-dia, relativas à eleição do Presidente do Conselho Nacional de Educação e de um membro da Comissão Nacional de Eleições.

Posto isto, vamos então dar início ao primeiro ponto da nossa ordem do dia, que consiste no debate de urgência, requerido pelo PCP, sobre «Exames Nacionais».

Para a intervenção inicial, dou a palavra à Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados: Expressamos a nossa solidariedade com os estudantes e as respetivas famílias, que vivem tempos de ansiedade e angústia devido à irresponsabilidade do Governo ao alterar o procedimento de classificação dos exames, e expressamos também solidariedade com os professores pelo profissionalismo e brio que colocam no seu trabalho.

Se hoje o Governo está cá, foi porque o PCP obrigou. Há dias que o Ministro da Educação e o Governo fogem ao escrutínio da Assembleia da República.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Falso!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — É inadmissível que, perante a situação caótica nos exames, o Ministro e o Governo sacudam as suas responsabilidades, procurando responsabilizar as escolas, os diretores, os professores e até as famílias. Acusaram os professores de estarem a provocar perturbações, quando são os professores que todos os dias têm «dado o litro» para a classificação dos exames. Talvez quisessem impor uma espécie de lei da rolha a impedir que denunciassem os problemas. Era o que mais faltava!

Acusaram as famílias de serem imprudentes por marcarem férias no período previsto para o fazerem. Mas, pergunto, quem é que decidiu alterar um procedimento que estava consolidado para um procedimento que, como todos estamos a ver, não reúne as condições para ser implementado e muito menos generalizado?

É a vida que demonstra que quem foi verdadeiramente imprudente e precipitado foi o Ministro e foi o Governo. Não se compreende como é que depois de uma tentativa falhada, com o projeto-piloto de Filosofia, no ano passado, o Ministro decidiu alargar o procedimento a todos os exames.

Burburinho na Sala.

Resultado: atrasos na entrega dos códigos aos professores; convocação de professores aposentados; atrasos e erros na distribuição de exames; itens incompletos com folhas em falta; distribuição de itens já classificados, obrigando professores a corrigir duas e três vezes a mesma prova; sobrecarga de trabalho dos professores; plataforma suspensa em diversos períodos.

Ainda ontem o Ministro veio dizer que faltavam professores classificadores, mas depois não convocaram os professores que manifestaram disponibilidade. Isto é prova provada de que o Governo decidiu avançar com um procedimento experimentalista sem o mesmo estar devidamente testado, em que os estudantes foram as cobaias e os professores o bode expiatório de um problema criado pelo Governo.

Burburinho na Sala.

E como se tudo isto não fosse suficientemente negativo, é um dirigente do PSD que fala em nome do Ministério e que anuncia que o trabalho extraordinário será pago — como se não fosse uma obrigação legal. E, já agora, foi graças à derrota do pacote laboral.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputada, desculpe interromper, mas está muito barulho na Sala e não se ouve a intervenção da Sr.ª Deputada.

Peço a quem está em pé o favor de se sentar e que não haja conversas bilaterais, porque incomodam.

Desculpe, Sr.ª Deputada. Faça favor.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, já agora, foi graças à derrota do pacote laboral que o que foi oferecido aos professores não foi o banco de horas.

O caos nos exames não está dissociado do desmantelamento do Ministério da Educação.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Nem podia!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Denunciámos, no ano passado, que estávamos perante a imposição de uma alteração radical feita à revelia das instituições, das escolas, da comunidade educativa e das estruturas representativas dos trabalhadores. Os resultados estão à vista: dispensa de centenas de trabalhadores com anos de experiência, recurso ao *outsourcing*, perda de capacidade do Ministério. Estas são as consequências do neoliberalismo, do Estado mínimo, da opção de um Estado sem instrumentos para intervir, refém dos interesses privados. É esta a vossa visão.

A afixação dos resultados dos exames não pode ser feita de qualquer maneira, nem é um mero ato administrativo. Tem de garantir rigor. E é por isto, muito provavelmente por estas questões não estarem a ser garantidas, que serão certamente muitos os pedidos de reapreciação, dada a falta de fiabilidade do procedimento adotado. Também aqui o Ministro dá o dito pelo não dito. Afinal, o acesso aos exames não será automático, através de um *link*, será apenas se for requerido e serão os agrupamentos de escolas que determinarão o procedimento. Mais uma vez, o Governo transfere o ónus para as escolas.

Chegados aqui, há várias questões que precisam de ser respondidas: Garante que as classificações correspondem às provas realizadas pelos estudantes? Com itens incompletos ou vazios, que orientações foram, de facto, dadas para as classificações? Disseram aos professores para classificar os elementos que tinham, mesmo que estejam incompletos? Garante que todos os estudantes terão acesso à sua prova e à respetiva correção? Na próxima semana inicia-se a segunda fase dos exames. Como é que está a ser preparada? Que medidas tomou para garantir que todos estes problemas não se voltam a repetir? Com toda esta atrapalhada neste final de ano letivo, que ainda está por concluir, com os professores assoberbados, como está a ser preparado o próximo ano letivo? É porque a preparação do próximo ano letivo é agora. E é importante também que o Ministro garanta aqui que não vão existir constrangimentos no início do próximo ano letivo, por tudo aquilo que está a correr mal agora, neste final de ano letivo.

A prioridade, neste momento, é garantir que nenhum estudante é prejudicado no seu percurso escolar por um problema cujo responsável é o Governo. São os sonhos e a vida dos jovens, que tanto trabalharam para aqui chegar, que estão em causa. Diga-nos que soluções serão adotadas para que nenhum estudante seja prejudicado.

Aplausos do PCP e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo pedidos de esclarecimento, vou dar a palavra, para uma intervenção, à Sr.ª Deputada Angélique da Teresa, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Angélique da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, Srs. Secretários de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: Um Governo aos papéis! Começou nos agrafos, depois passou para um problema de *software*, de logística, professores de uma disciplina com exames de outra, imprudência dos pais e acusações de boicote. Hoje as pautas deverão ser publicadas e ainda não sabemos a que custo.

O Sr. Ministro conseguiu o pleno num processo que tinha a obrigação de ser bem gerido, mas chumbou. Até o seu colega, o Ministro da Economia, disse que, se tivesse um filho nesta época de exames, estaria preocupado. São mais de 166 000 filhos de famílias que os apoiaram para que chegassem a este momento tão determinante.

O Sr. Ministro chumbou quando desvalorizou o que se estava a passar. Adiou o calendário dos exames nacionais sem olhar para o do ensino superior, o que pôs milhares de famílias em sobressalto. Os alunos do 12.º ano estão a correr contra o tempo e podem estar a ser empurrados para uma segunda fase por culpa do Governo, porque ninguém consegue estimar o volume de eventuais reapreciações.

Serviços do Ministério disseram que as reapreciações seriam fixadas a 7 de agosto. A primeira fase das candidaturas ao ensino superior acaba a 6 de agosto, porque, por teimosia, não ajustou o calendário do ensino superior. A Iniciativa Liberal está, desde a primeira hora, a alertar para este problema.

Enquanto isso, o Sr. Primeiro-Ministro diz que uma transição tecnológica traz sempre problemas. Mas isso só acontece quando as transições tecnológicas são geridas por incompetentes, como foi o caso. Porque no resto da Europa, onde esta realidade é praticamente transversal, tem corrido bem.

O Sr. Ministro chumbou quando não garantiu que todos os problemas que surgiram na experiência feita em 2025 não ficassem no passado e permitiu que os mesmos problemas fossem multiplicados por 300 000 exames. E a pergunta é: Porquê? Porque é que não avançou com uma implementação faseada só para alguns exames do 11.º ano? Foram as verbas do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) que falaram mais alto?

Os alunos não podem ser prejudicados por falhas do Estado e o Governo não pode faturar à custa das reapreciações. Este processo correu mal e tem de assumir as suas responsabilidades ao não cobrar um valor que este ano deveria ficar na gaveta. Vai fazê-lo?

A Iniciativa Liberal remeteu-lhe dois requerimentos. Vamos querer apurar tudo, porque a culpa não pode morrer solteira. Mas, agora, é preciso resolver esta embrulhada e estar ao lado dos alunos, das famílias e dos professores.

O Primeiro-Ministro falou em resistência à mudança e apontou aos professores que não têm a mesma opinião neste processo. Mas seria importante que o Sr. Primeiro-Ministro soubesse e tivesse noção que isso é natural em democracia. O que não é natural é ter professores sem poderem trabalhar devido a respostas cortadas ou incompletas, por terem lotes avaliados e receberem lotes adicionais recorrentemente, mas a que ainda assim responderam. Só por causa dos professores é que hoje as pautas serão afixadas — esperemos nós. É por causa deles que a segunda fase vai arrancar e é por causa deles que as reapreciações vão acontecer.

O que se espera nesta segunda fase é que ela aconteça de forma irrepreensível. O País precisa de uma garantia de que nenhum aluno será prejudicado por erros cometidos pelo Governo.

Espero que tenha aprendido a lição, porque chumbou na primeira fase. Na segunda, nada pode falhar. Compromete-se com isso, Sr. Ministro?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não regista de pedidos de esclarecimento.

Assim, dou a palavra ao Sr. Deputado Porfírio Silva, do Partido Socialista, também para uma intervenção.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Educação: Todo este processo dos exames deste ano decorreu sob a sua responsabilidade, de acordo com decisões suas. Foram

suas as ações e as suas omissões. Teremos, de futuro, muitas questões para lhe colocar sobre tudo isso, incluindo as que já lhe colocámos antes e que escolheu iludir.

Mas o que desejamos e queremos neste momento acreditar é que hoje serão afixadas as pautas traduzindo com rigor o que os alunos fizeram e o que os professores classificaram.

Por isso, por agora, as nossas questões são sobre o que é imediatamente necessário para tentar recolocar nos eixos a vida de todos os lesados deste ensarilhamento.

Primeira pergunta, ainda mantém que todos os alunos receberão *links* para visualizarem as suas provas sem mais delongas ou burocracias?

Segunda, vai ser preciso pagar para pedir reapreciação?

Terceira,…

Pausa.

Não sei se o Sr. Ministro quer ouvir as perguntas para depois responder…

Vozes do PSD: — Oh…!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está a parar o tempo porquê?!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Terceira pergunta, vai ser garantido, a todos os que o solicitem, a consulta do original da prova?

Quarta, terá mais alguma alteração ao calendário para o adaptar às realidades dos acontecimentos?

Quinta, já foi ou quando vai ser realizada a habitual reunião entre o presidente do Júri Nacional de Exames e os coordenadores dos secretariados regionais para fazer o balanço do processo de classificação e habilitar o presidente do Júri Nacional de Exames a homologar as classificações e a autorizar a afixação das pautas?

Por último, Sr. Ministro — e esta é importante para quem queira candidatar-se ao ensino superior —, o que vai fazer para evitar que, por inércia do MECI (Ministério da Educação, Ciência e Inovação), alunos deste ano sejam prejudicados em termos de ordenação no acesso ao ensino superior face a alunos dos anos anteriores com as mesmas notas e os mesmos exames?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Uma vez que a Mesa não regista inscrições para pedidos de esclarecimento, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Filipe Sousa.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro: O problema que hoje discutimos não é apenas um problema informático, é acima de tudo um problema de confiança. Ninguém é contra a modernização dos serviços públicos, mas modernizar não pode significar improvisar.

Quando milhares de alunos e famílias vivem dias de ansiedade por causa de falhas técnicas, quando professores e escolas são obrigados a resolver problemas que não criaram, é evidente que o Estado falhou no planeamento e na sua execução.

Os estudantes fizeram a sua parte, os professores fizeram também a sua parte e as escolas igualmente. Agora, falta saber se o Governo vai fazer a sua, porque quem errou não foram os alunos, e não são eles que têm de pagar o preço de uma transição mal preparada.

Termino, dizendo que uma boa ideia pode morrer por uma má execução. Governar é…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É resolver os problemas!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — … antecipar estes problemas, não é explicá-los depois de acontecerem.

A distância entre uma boa intenção e uma boa política pública chama-se execução. E foi essa execução que falhou, Sr. Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Neste momento, a Mesa não regista mais inscrições, pelo que presumo que mais ninguém deseja falar.

Se assim for, posso passar a palavra à Sr.ª Deputada Paula Santos para encerrar o debate.

Pausa.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é mesmo para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Certamente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem, então, a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, depois de todos os seus reparos, vamos todos esforçar-nos para que assim seja.

O Sr. **Presidente**: — Espero bem que sim. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, houve partidos que requereram este debate, como V. Ex.ª sabe — de resto, este debate foi motivo de grande discussão em sede de Conferência de Líderes —, e creio que os partidos que requereram o debate é porque têm mesmo vontade de intervir.

Ora, nessa lógica, creio que é respeitável que o Grupo Parlamentar do PSD permita que os partidos que requereram o debate — e que até queriam que fossem proponentes conjuntos — possam fazer as suas intervenções.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, essa é uma interpelação *cum grano salis* muito mais que *grano*, porque está a decorrer o período de inscrição.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não!

O Sr. **Presidente**: — Está sim, Sr. Deputado. Portanto, a Mesa não tem de se pronunciar sobre se deve ser *a*, *b* ou *c*.

O Sr. Deputado Pedro Pinto pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Bom, temos de resolver a questão deste tipo de interpelações à Mesa na próxima sessão legislativa

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é mesmo uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Eu sei que é! Vou lá duvidar disso! Vou lá duvidar disso!…

Risos do PSD.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, manda a boa prática parlamentar, particularmente num debate de urgência, ouvir o Governo. E como o Governo tem tempo para se inscrever… A não ser que o Governo queira fugir do debate. Também pode querer fugir, mas esse aí é outro problema.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Pois, e aí o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares vai dizer também que, para entender o debate, o Governo tem de ouvir os partidos para depois o ministro poder responder.

Portanto, vamos reconduzir isto ao Regimento, que é: ou se inscrevem ou não se inscrevem.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Se se inscreverem, dou a palavra; se não se inscreverem, dou 30 segundos e passarei à fase seguinte.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Isso mesmo!

O Sr. **Presidente**: — É para não dizerem que o Presidente está a ser demasiado impositivo.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

Vozes do PSD e da IL: — Ah…!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Chega não estava a fazer nenhuma gestão de tempo.

Vozes do PSD: — Não…!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Chega é que entende que, sendo este um «debate de urgência», deve esperar para ouvir o Ministro da Educação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nós estamos no meio de uma crise de educação. Não é na crise do André Ventura, é na crise do Ministro da Educação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, quem devia falar era o Ministro da Educação.

Aplausos do CH.

Acho que é uma coisa simples.

Segundo, nas últimas semanas, o Sr. Ministro atirou a culpa para toda a gente menos para si próprio.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mentira!

O Sr. **André Ventura** (CH): — A culpa foi dos professores, a culpa foi das famílias que marcaram férias de forma imprudente na altura dos exames,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mentira!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … a culpa foi dos funcionários que não souberam levar a cabo uma plataforma que já tinha sido testada e que sabíamos que não ia funcionar,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mentira!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … a culpa era da comunidade escolar, dos diretores,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mentira!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … era de todos, menos do Governo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ora, um Governo que passa a culpa a um, a outro, a outro e a outro e que não percebe que quem governa, quem tutela a educação, tem a responsabilidade de, perante pais, famílias, comunidade escolar, diretores e professores, lhes dar a resposta, está a falhar na sua função de ser Governo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas, Sr. Ministro, hoje era dia de explicar duas coisas: uma, porque é que avançámos e insistimos numa plataforma cujo projeto-piloto já tinha demonstrado que não tinha corrido bem? Pergunto, porque é que atirou pais, famílias, diretores para o caos, sabendo que esse caos viria a existir? É que tinha provas disso, tinha elementos claros, tinha testes sobre isso. Este é o primeiro ponto.

E depois, Sr. Ministro, aquilo que toda a gente quer saber hoje. Sabe, mais do que demissão ou saída, nós queremos é que resolva os problemas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O que queremos é que possa sair do Parlamento hoje a dizer-nos assim: pais, professores, comunidade escolar, portugueses, as notas vão estar afixadas hoje. Hoje vamos ter resolvido o problema que afeta centenas de milhares de famílias. Hoje podem começar a pensar na candidatura ao ensino superior. Hoje as famílias podem começar a pensar no seu descanso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É isso que nós queremos!

Nós não queremos que pegue nas suas coisas e vá embora. Queremos que fique aí a resolver os problemas.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Filipa Pinto.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro: Hoje era o dia em que o Sr. Ministro iria provar ao País que não havia caos nos exames e que toda a gente estava a ser alarmista, porque as pautas estariam publicadas de forma indiscutivelmente rigorosa e na data prevista.

Hoje era o dia em que o Sr. Ministro iria provar que tudo o que foi planeado, implementado e defendido pelo Ministério da Educação correu bem, porque simplificou processos, porque trouxe mais confiança ao sistema e porque a reforma, os cortes públicos e as contratações privadas foram, afinal, um sucesso.

Mas, sem surpresa, nada correu bem!

Hoje ainda não conhecemos as classificações dos exames da 1.ª fase. O Sr. Ministro falhou totalmente as previsões e culpou, de novo, os professores. Contudo, a Associação Portuguesa de Professores de Física e de Química comunicou ontem, às 17 horas, já depois do fim do prazo, que vários professores tinham aceitado classificar itens, porque lhes disseram que era uma emergência nacional, mas continuavam a não conseguir aceder à plataforma.

Aqui percebemos que não foram os professores que se recusaram a classificar provas, como o Sr. Ministro deu a entender; o que aconteceu foi o mesmo de sempre: a plataforma deu erro ou estava em manutenção.

Sr. Ministro, vai assumir hoje a culpa por todo o caos causado pelos sucessivos adiamentos, pela alteração do calendário de exames e consequente alteração do calendário para acesso ao ensino superior?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Foi uma decisão do Ministro!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Vai assumir e pedir desculpa aos professores por os ter obrigado a trabalhar sob estresse e sem cumprir 10 dias úteis para o trabalho exigente de classificação?

Aplausos do L.

Vai pedir desculpa aos alunos e às suas famílias por toda a ansiedade e transtorno causados até o dia de hoje?

Sr. Ministro, a educação envolve seres humanos, envolve jovens que esperam que o Estado não defraude as suas expectativas, que os apoie e garanta as melhores condições de acesso ao ensino superior ou à vida ativa.

Mas o Sr. Ministro chegou a este Ministério com uma vontade: cortar nas estruturas do Ministério, como mandam as melhores doutrinas neoliberais, e aplicar a digitalização centralizada dos exames nacionais sem ponderação, sem escutar as escolas e os profissionais que nelas trabalham, e sem ter um plano B caso tudo corresse mal.

Aplausos do L.

Protestos da Deputada da IL Angélique Da Teresa.

O que queremos entender é porquê. Neste momento, temos milhares de jovens em suspenso, a viver a ansiedade da incerteza.

Pode garantir-nos que todos os alunos poderão ter acesso à sua prova gratuitamente e pedir a reapreciação da mesma, se o entenderem, sem pagarem nada por isso?

Vozes do L: — Muito bem!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Pode garantir-nos que os professores, que trabalharam ao fim de semana ou numa corrida contra o tempo, serão recompensados pelo seu trabalho?

Queremos confiança e serenidade para a segunda fase. Por isso perguntamos: como vai decorrer a segunda fase? O processo vai ser igual?

Aplausos do L.

Se tudo continuar a correr mal, é essencial que o Sr. Ministro retire as consequências políticas de toda esta falta de credibilidade no sistema de avaliação externa. Está disponível para o fazer?

Assuma os seus erros, Sr. Ministro, resolva os problemas e traga de novo tranquilidade às escolas e à sociedade.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro: Há um ano chamou muito positivo a um projeto-piloto que falhou; há quatro meses gabou o desmantelamento do Ministério da Educação; há 16 dias disse no Parlamento que as denúncias de professores eram falsas; há 13 dias chamou imprudentes às famílias que confiaram em si; há 11 dias garantiu provas distribuídas até ao final do dia, mas ainda ontem à noite, depois do debate sobre o estado da Nação, havia provas a serem distribuídas; há 11 dias

prometeu a prova digitalizada automaticamente para todos os alunos, o que também não vai acontecer; há sete dias, um Eurodeputado do PSD desautorizou-o e disse que os professores iam receber por trabalho suplementar, que ainda hoje não explicou como é que vai ser pago.

O Sr. Ministro mentiu ou falhou sempre! Disse que se o calendário mudasse haveria responsabilidades, incluindo a sua. Mudou quatro vezes!

Do que dependia de si, tenho só uma pergunta para lhe fazer: o que é que correu bem? As notas que saírem hoje sairão por responsabilidade dos professores; o que falhou foi tudo por sua causa.

Vemo-nos na Comissão Parlamentar de Inquérito!

Risos do PSD, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tens mesmo Deputados para exigir isso!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não consegue dizer isso sem se rir!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Alves.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.as e Srs. Deputados: Quero começar por prestar um justo reconhecimento aos professores portugueses. Num momento em que tanto se procurou descredibilizar o processo de classificação dos exames nacionais, os professores responderam, como sempre respondem, com profissionalismo, competência e inabalável sentido de responsabilidade.

Eles são o verdadeiro pilar da escola pública e nunca perderam de vista aquilo que, verdadeiramente, importa: os alunos.

Aplausos do PSD.

Mas houve uma coisa que me impressionou durante este processo e também hoje, durante este debate: houve quem, para atacar o Governo, acabasse por atacar os próprios professores.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Todos correram a dizer que defendiam os docentes, mas ao lançarem dúvidas sobre o rigor das classificações, acabaram por pôr em causa o trabalho, a competência e a credibilidade dos professores classificadores.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Defender os professores não é fazer discursos, é tomar decisões. E foi exatamente isso que este Governo fez: valorizou a carreira docente com a recuperação do tempo de serviço; eliminou barreiras das quotas na progressão; apoiou a deslocação de professores…

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

… e continuou a criar condições para tornar a profissão docente atrativa e devolver a estabilidade às escolas. É assim que se respeitam os professores.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Ao Partido Socialista, esta indignação oportunista fica particularmente mal. Foi o Partido Socialista quem definiu a transição digital da avaliação externa e previu exames e classificações digitais no 9.º ano.

Protestos do PSD.

Mas este Governo, ouvindo as escolas e os diretores, percebeu que não havia condições para avançar com segurança e teve a prudência de adiar esta decisão. Curiosamente, o Partido Socialista critica hoje a reforma que ele próprio acabou por lançar. Essa é a diferença de quem anuncia reformas e de quem tem a responsabilidade de as concretizar.

Quanto ao Chega, voltou a preferir explorar as dificuldades, em vez de contribuir para as resolver.

Sr.as e Srs. Deputados, preferimos governar, corrigindo quando é necessário, e continuar a reformar.

Este processo já deixou de ser sobre exames ou sobre uma plataforma informática, é sobre a capacidade de Portugal fazer reformas. Quem quer mudar, sabe que haverá dificuldades. Quem não quer mudar, aproveita as dificuldades para impedir a mudança.

Nós escolhemos outro caminho. Reconhecemos que existiam constrangimentos na classificação digital dos exames nacionais e é precisamente aqui que se vê a diferença de quem governa e de quem apenas faz oposição. Na audição parlamentar do dia 1 de julho, o Ministro da Educação, Ciência e Inovação fez aquilo que os portugueses esperam de um governante: não escondeu as dificuldades,…

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Veio dizer que não havia problema nenhum!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — … assumiu as responsabilidades, anunciou uma auditoria independente e reforçou a transparência, anunciando que os alunos e as famílias terão acesso, pela primeira vez, às provas de exame em modo digital;…

Aplausos do PSD.

… e demonstrou uma qualidade essencial de quem governa, a humildade de reconhecer o que podia ser melhorado e determinação para melhorar.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Humildade?! Não chamo a isso humildade!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — É assim que se constrói confiança. Nunca esteve em causa o rigor científico das provas, a imparcialidade da classificação, o anonimato dos alunos ou a credibilidade dos professores classificadores.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sr.as e Srs. Deputados, a classificação digital não é um capricho tecnológico nem ideológico, é uma evolução necessária.

Os próprios professores classificadores reconhecem as vantagens deste modelo: uniformiza critérios, promove maior especialização na correção, reforça a equidade entre alunos e aumenta, sobretudo, a fiabilidade da avaliação.

Os problemas técnicos corrigem-se. As reformas, naturalmente, aperfeiçoam-se. Mas Portugal não pode desistir de mudar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Quero, por isso, deixar também aqui uma palavra de tranquilidade aos alunos e às famílias. Os exames nacionais são um momento decisivo na vida de muitos jovens. É por isso que podem ter confiança que todas as decisões foram tomadas com um único objetivo: garantir justiça, rigor, transparência e igualdade de oportunidade para todos.

É essa confiança que queremos transmitir a cada aluno e a todas as famílias.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Termino também com uma palavra de reconhecimento à liderança do Ministro da Educação, Ciência e Inovação. Fernando Alexandre demonstrou aquilo que distingue um verdadeiro reformista: coragem para reformar; competência para executar;…

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — … humildade para reconhecer o que pode ser melhorado, e, sobretudo, a responsabilidade de nunca desistir das reformas que são fundamentais. É isto que os portugueses esperam de quem governa, não a ilusão de que nunca existem dificuldades.

É este o caminho que o Governo escolheu para a educação, é este o caminho que continuará a seguir, sempre ao serviço dos alunos, dos professores e do futuro de Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Aida Carvalho, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Aida Carvalho** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.as e Srs. Deputados: Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quero começar por expressar o nosso profundo agradecimento a todos os professores classificadores, aos diretores das escolas, aos técnicos dos serviços administrativos que,…

Aplausos do PS.

… com elevado profissionalismo, rigor e sentido de missão, garantiram a classificação nos exames nacionais, enfrentando a exigente pressão associada ao caos instalado. Dirigimos igualmente uma palavra de confiança aos alunos e às suas famílias, desejando-lhes o maior sucesso nesta etapa decisiva do seu percurso académico. Reconhecemos que muitos viveram dias de grande apreensão, por isso, reiteramos a nossa solidariedade.

Sr. Ministro, hoje o sistema educativo está mais pobre, não porque tenha procurado inovar ou apostar na digitalização, mas porque este Governo falhou aos 166 000 alunos e às suas famílias.

No seu ímpeto reformista, colocou em causa a confiança do sistema de exames nacionais e a estabilidade de um modelo que, ao longo de cerca de três décadas, conquistou a credibilidade, a integridade e o reconhecimento.

A equidade, a fiabilidade e a credibilidade das avaliações externas são princípios que não podem ser comprometidos. Os alunos e as suas famílias não podem viver semanas de incerteza, sem saber se podem confiar num processo que tem um impacto determinante no seu percurso académico e no seu futuro.

O Partido Socialista nunca se opôs à inovação, nunca foi contra a digitalização. Pelo contrário, sempre a defendemos como um pilar essencial para o progresso do nosso País. O que nunca aceitaremos, Sr. Ministro, é que, em nome de um discurso reformista, se transformem alunos, professores e escolas em meras cobaias de experiências mal concebidas.

Aplausos do PS.

Reiteramos o que sempre defendemos: o problema não foi a digitalização, o problema foi a forma como este Governo geriu essa mudança. Uma reforma desta dimensão exige preparação, testes rigorosos, planos de contingência, comunicação clara e uma coordenação eficaz entre todos os intervenientes. E foi precisamente aí que esse processo falhou. Falhou no planeamento, faltou articulação e faltou coordenação.

Ainda no dia 1 de julho, nesta Assembleia, o Sr. Ministro garantiu que estavam reunidas todas as condições para cumprir o calendário e desvalorizou as preocupações manifestadas pelos professores classificadores. Hoje não falamos de dúvidas ou especulações, falamos de factos: plataformas com falhas; procedimentos alterados

durante a classificação; orientações sucessivamente revistas e milhares de professores obrigados a adaptar-se, em pleno processo, a dificuldades que nunca deveriam ter enfrentado.

Sr. Ministro, os exames nacionais não são um simples procedimento administrativo, são um instrumento fundamental para garantir a equidade, a fiabilidade e a credibilidade das avaliações, com impacto direto no futuro de milhares de jovens, nomeadamente no acesso ao ensino superior. Não vale a pena procurar responsabilidades no passado. As heranças podem explicar o ponto de partida, mas não explicam as escolhas feitas por quem governa.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Exatamente!

A Sr.ª **Aida Carvalho** (PS): — Foi este Governo que decidiu avançar com este modelo. Foi este Governo que garantiu que estavam reunidas as condições e é este Governo que tem de assumir a responsabilidade pelas decisões tomadas.

Por isso, Sr. Ministro, a questão que lhe colocamos é clara e objetiva: assume a responsabilidade política pelos acontecimentos verificados e pode garantir ao País que todas as classificações serão divulgadas…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Terminou o seu tempo, Sr.ª Deputada.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Ministro, restantes Membros do Governo: A digitalização foi uma trapalhada e um processo atabalhoado, mas é uma reforma que o PAN reconhece como fundamental e que tem de estar ao lado da educação e também ao serviço das famílias, dos alunos e dos docentes.

Importa, por isso, uma primeira palavra, de cumprimento e também de solidariedade, para com todos os que, neste momento, atravessam esta fase complicada de um sistema de avaliação, que deveria, de alguma forma, decorrer com toda a tranquilidade.

Mas, no meio deste processo, há alguns esclarecimentos que é necessário que sejam prestados, Sr. Ministro, tal qual como se estivesse numa prova de avaliação. É que, se correu mal e se, efetivamente, não foi implementado no terreno como desejava, neste momento, é importante garantir às famílias — até porque o EduQA (Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação, I. P.) já veio desmentir e dizer que as provas não vão estar disponíveis automaticamente, ao contrário do que o Sr. Ministro tinha anunciado — que as provas vão estar disponíveis para consulta, e garantir que os processos de revisão, em particular dos alunos com necessidades educativas especiais, vão estar disponibilizados, para que possam garantir que os critérios de avaliação foram os adequados e que não foram incorretamente avaliados, sendo a sua avaliação confundida com a dos demais alunos.

Por isso mesmo, é este o tempo. É importante haver, acima de tudo, serenidade e também garantias de futuro de que aquilo que foi identificado como correndo menos bem, em particular a necessidade de…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora um período de 10 segundos para se inscreverem, sob pena de dar a palavra à Sr.ª Deputada Paula Santos para encerrar o debate.

Aviso todos os Srs. Deputados, grupos elementares e a bancada do Governo também que não tenho inscrições, portanto, se ninguém se inscrever, dou a palavra à Sr.ª Deputada Paula Santos, para fazer a sua última intervenção, porque, nos termos do debate, havendo tempo disponível, é a Sr.ª Deputada do PCP — penso que é a Sr.ª Deputada — que faz a intervenção.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quem devia falar era o Governo! Vir cá e não falar é um desrespeito!

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, então vou dar a palavra à Sr.ª Deputada Paula Santos para poder fazer a sua intervenção final.

Pausa.

Tem a palavra, Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É uma interpelação à Mesa, exatamente nos termos do Regimento, Sr. Presidente.

Não me recordo de alguma vez haver um debate de urgência com a presença do Governo em que o Governo não se inscreve. Portanto, solicito os seus bons ofícios para que a bancada do Governo se inscreva e participe no debate.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, sabe que o Presidente é, nessa matéria, neutro. Portanto, cada um inscreve-se. Eu também não posso obrigar o Sr. Deputado a falar ou a não falar.

Pausa.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Como é evidente, mas eu não estou no Governo!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Falar e não dizer nada é o mesmo que não dizer nada!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, pede a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — É uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, o Governo não quer, de forma alguma, deixar ou prescindir do tempo que lhe cabe neste debate, mas, como é evidente, gostaria de que todos os grupos parlamentares fizessem as suas observações, as suas queixas — por muito redundantes que essas se possam assumir —, para depois poder responder, de forma completa e cabal, a todas essas observações.

É por isso que o Governo ainda está à espera.

Protestos do PS, do L e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto, para uma interpelação à Mesa.

Agora, estamos aqui numa avaliação inédita, que é uns quererem que outros se inscrevam para falar, coisa que não consta da grelha. Da grelha não consta que alguém esteja obrigado a usar o tempo — podemos definir isso em Conferência de Líderes, de que quem tem tempo é obrigado a usá-lo, mas isso não existe —, isso não existe.

O Sr. Deputado Pedro Pinto tinha pedido uma interpelação à Mesa, que o é mesmo?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, isto não é uma avaliação inédita, inédito é o Governo não querer falar num debate de urgência, isso é que é inédito.

O Sr. **Presidente**: — Já está esclarecido. Qual é a interpelação à Mesa?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A interpelação à Mesa é a seguinte: eu percebi o que disse o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, mas quem tem de encerrar este debate de urgência é o partido proponente, que, neste caso, é o PCP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Portanto, o Governo também tem de falar agora, antes de o PCP falar…

O Sr. **Presidente**: — Não, não tem de falar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … senão o debate encerra. A não ser que o Governo queira fugir ao debate, que é isso que se está aqui a passar!

Aplausos do CH.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isto é uma vergonha!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares pede a palavra, mas não vou dar mais a palavra, peço desculpa. É evidente que toda a gente tem consciência do que se está aqui a passar.

Portanto, o Sr. Deputado Paulo Núncio vai usar da palavra e a seguir ao Sr. Deputado Paulo Núncio, se não tiver inscrições até lá, passo a palavra para a Sr. Deputada Paula Santos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: Os portugueses confiaram na AD para reformar, para governar com competência e para apresentar resultados.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — E o que têm é isto!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E se há área governativa que mostrou competência, reformismo e resultados — e esses resultados são evidentes — é a área da educação: mais professores, mais meios, mais investimento e, acima de tudo, mais paz social nas escolas.

Só não surpreende, uma vez mais, a hipocrisia da esquerda e, em especial, a hipocrisia do PS neste debate, porque depois de terem nomeado alguns dos mais fanáticos e incompetentes Ministros da Educação, têm agora o descaramento de pedir a demissão de um Ministro capaz, sério e competente como o Ministro Fernando Alexandre.

Os mesmos que deixaram a escola em pé de guerra há dois anos,…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Os imigrantes!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … vêm agora fazer tudo para sabotar a execução…

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Fale de exames!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … daqueles que estão aqui para resolver os problemas da educação em Portugal.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Três meses e quinze dias!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E por isso, em nome da bancada do CDS, Sr. Ministro, deixo-lhe um único apelo: continue a reformar e a transformar a educação em Portugal, porque como estava a educação oito anos depois da governação socialista é que não podia mesmo continuar.

A Sr.ª **Aida Carvalho** (PS): — Exames!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E convém lembrar que o PS inscreveu a digitalização total das provas no PRR de 2021.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Vocês chegaram e estragaram tudo!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por isso, deixo-lhe já por antecipação a pergunta, Sr. Ministro: em 2024, quando a AD (Aliança Democrática) chegou ao Governo, havia condições para o fazer? Quais foram as condições que o Partido Socialista deixou para cumprir esse compromisso? Eu antecipo:…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Mas conciliem-se com as declarações do Secretário de Estado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … nada, igual a nada — como explica e como nos habituou o PS durante toda a governação.

Por último, Sr. Ministro, sabemos — e isso é evidente — que há muitas famílias hoje preocupadas com esta situação e com o acesso dos seus filhos ao ensino superior e à universidade. E por isso seria importante que deste debate resultasse a garantia do Governo de que nenhum aluno será prejudicado no acesso ao ensino superior.

Estamos absolutamente convencidos de que todos os esforços que o Governo está a desempenhar neste momento são nesse sentido, mas era importante uma palavra de garantia, uma palavra de confiança, para que as famílias pudessem, de facto, ultrapassar este problema e para que os seus filhos pudessem aceder ao ensino superior.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro. Faça favor.

Vozes do PS: — Ah!…

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação** (Fernando Alexandre): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a minha primeira palavra vai precisamente para os alunos e para as famílias, dando-lhes a garantia que dei…

Protestos do PS e do BE.

Eu pensava que me queriam ouvir.

Desde o primeiro dia… Aliás, dia 1 de julho estive na Assembleia três horas a falar sobre os exames nacionais e dei a garantia de que o rigor na avaliação, a transparência na avaliação, seriam sempre a prioridade e sobrepor-se-iam a qualquer outra questão, como o próprio calendário.

Por isso, quando tive visibilidade sobre as pressões que existiam para cumprir o calendário e contra o parecer do EduQA, que me enviou, no próprio dia, uma informação em que seria possível cumprir o dia 14 de julho, decidi politicamente — e assumi o custo, precisamente porque nada pode pôr em causa o rigor da avaliação — adiar a publicação dos resultados em três dias na mesma semana, da terça-feira desta semana para hoje. E posso dizer-vos que, neste momento, o Júri Nacional de Exames tem as condições e a responsabilidade de enviar as notas às escolas.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não está a acontecer!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — É responsabilidade do Júri Nacional de Exames…

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — É sua, é sua!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — É sua!

Protestos do PSD.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Deputado… Sr. Presidente, peço que sempre que me interromperem…

O Sr. **Presidente**: — Sim, sempre que o interromperem o tempo será considerado. O Sr. Deputado tem a possibilidade de fazer um pedido de esclarecimento, portanto…

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Pedia que repusessem 5 segundos…

O Sr. **Presidente**: — Sim, já vai…

Aplausos do PSD.

Protestos do PS e do CH.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Querem ouvir-me, não querem? Querem ouvir-me?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, deixe a direção dos trabalhos para mim…
É um mínimo de urbanidade deixar o Sr. Ministro responder, fazer a intervenção, ouvir e depois ainda têm tempo para fazer um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem de o dizer aos Deputados do PSD!

O Sr. **Presidente**: — Vou repor os 5 segundos.

Pausa.

Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.
Por isso, mudámos o calendário. E hoje o Júri Nacional de Exames tem, à semelhança do que aconteceu em muitos anos, com o mesmo *timing*,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Mentira!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — … as condições para enviar as classificações às escolas e as escolas publicarem. É uma responsabilidade do Júri Nacional de Exames, uma entidade que, aliás, tem uma independência reforçada, que é bom não esquecer, o que também lhe dá uma responsabilidade acrescida.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Aquilo que posso garantir é que houve todo um processo de correção de erros que decorreram neste processo e que obviamente perturbaram muito este processo de avaliação, com efeitos nas famílias, nos alunos — reconhecemos! —, embora não vá prejudicar as candidaturas de acesso ao ensino superior.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É importante!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Não há razão nenhuma para alterar o calendário de acesso ao ensino superior.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Isso é só mais um alarmismo, neste caso, do Partido Socialista. Não há razão nenhuma para alterar o calendário de acesso…

Protestos do PS.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr. Ministro.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Responda às perguntas!

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado…
Faça favor de continuar, Sr. Ministro.

Continuação de protestos do PS.

Os Srs. Deputados têm de dar o exemplo, mas não dão. Se quiserem, a gente interrompe, para, repõe o tempo, mas não me parece que seja a melhor forma de conduzir os trabalhos.
E quem reclama condições para ser ouvido deve dar condições aos outros para também serem ouvidos. É só isto, é simples. A democracia é simples se todos formos respeitosos.

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

Ó Sr. Deputado, o Sr. Deputado tem… o Partido Socialista já não tem tempo, mas pode pedir transferência de tempo, para alguém poder fazer outro pedido de esclarecimento.
Faça favor, Sr. Ministro, pode continuar.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Sr. Presidente, como estava a dizer, não há necessidade de alterar qualquer calendário de acesso ao ensino superior, cumprindo-se hoje, com as condições que existem para o Júri Nacional de Exames, a distribuição das notas pelas escolas. Por isso, a alteração que foi feita é suficiente e não causa mais transtorno nenhum.

Protestos do Deputado do PS Miguel Cabrita.

Em segundo lugar, é muito importante a disponibilização que vai ser feita hoje do PDF — não é um *link*, é um PDF, isto é uma questão de solução tecnológica — a todos os alunos, e eu vou lembrar…

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — A digitalizar em PDF é muito tecnológica!

Protestos do PSD e contraprotestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Uma coisa é certa: se não ouvirmos o Sr. Ministro, não podemos saber qual é a situação que determinou. Isso é verdade.

Burburinho na Sala.

É uma técnica, tentar boicotar. Somos todos adultos, somos todos adultos. É uma técnica, é uma técnica…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É uma técnica, é uma técnica. Temos todos muitos anos de prática política e sabemos que é uma técnica — interromper, interromper, interromper.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — É um aparte! Está no Regimento!

O Sr. **Presidente**: — Agora, isso não é esclarecer nem é respeito pelos tais alunos, das tais famílias, pelos portugueses que queremos que sejam esclarecidos — não é!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Estão pessoas a assistir aos nossos debates nas galerias e na televisão e que querem ver as respostas e os esclarecimentos. Por isso, vamos respirar fundo…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Vá, Sr. Ministro!…

O Sr. **Presidente**: — … e vamos continuar.
Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Esta interrupção do Deputado Porfírio Silva é ainda mais surpreendente porque estou a responder às questões dele.
A disponibilização das provas aos alunos é feita pelas escolas e não pode ser feita de outra forma, porque apenas a escola sabe de quem é o exame.
Os exames são anónimos até chegarem à escola e, por isso, quem vai revelar é a escola e é a única entidade que o pode fazer.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Ora bem!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Ena!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — A anonimização foi totalmente garantida…

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não foi! Não foi!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — … e, por isso, é na escola que ela vai ser distribuída e todos os alunos poderão ter acesso automaticamente por distribuição, através do sistema que foi criado,…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Que está a ser criado!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — … e poderão consultar a prova.
A partir da consulta da prova — e isso é muito importante, não apenas para a confiança no sistema, mas também para a verificação de que tudo correu bem; nós podemos ter um erro —, o aluno vai ter a possibilidade de verificar e se houver algum erro, ele reclama, e é feita a correção. Se tiver alguma dúvida em relação à classificação que teve, pede a reavaliação. Exatamente como acontecia até aqui.

Protestos da Deputada do L Filipa Pinto.

E esta dimensão é muito importante. A seguir, sobre a responsabilidade, e já disse isso desde o início, houve erros, alguns já estão identificados, mas o que importava, e que foi o foco de toda a gente — milhares e milhares

de pessoas, envolvendo mais de 11 mil classificadores —, foi cumprir este prazo. Aquilo que o Governo fez, aquilo que fiz, foi estar completamente focado em cumprir este prazo e, já agora, em garantir que o próximo ano letivo funcione, porque o Ministério continuou a funcionar. Continuou tudo a funcionar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Por isso, foi esse o nosso foco. Obviamente, vamos ter uma auditoria. Temos já neste momento condições para garantir que a segunda fase vai decorrer sem os problemas que surgiram na primeira, porque esses estão identificados e estão corrigidos,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Que classe! Categoria!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — … pelo que vamos poder fazer uma segunda fase com muito mais tranquilidade, o que não quer dizer que não haja ainda processos de melhoria para o próximo ano.

E isso é essencial, porque nós temos mesmo de mudar o nosso sistema educativo.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Não há outra forma de o País avançar sem mudar o nosso sistema educativo.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — Eu sei que para o Partido Socialista — aliás, isso foi aqui dito, ontem, por uma Deputada — é melhor não fazer nada porque há o risco de alguma coisa correr mal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

E por isso deixaram o País no estado em que o encontrámos, com o Ministério da Educação numa grande confusão,…

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Em confusão é você especialista!

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — … sem sistemas de informação, sem capacidade de gestão. E a reforma que estamos a fazer não só garante um melhor sistema educativo com melhores resultados para os alunos e para as famílias, mas também para os nossos professores. Aliás, isso é reconhecido pelos professores…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É, é!…

O Sr. **Ministro da Educação, Ciência e Inovação**: — … que ainda têm na memória a forma como foram tratados pelo Partido Socialista.

Eles não se esquecem, eles não se esquecem — eles não se esquecem!

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem três pedidos de esclarecimento, embora depois não tenha tempo para, nesta oportunidade, esclarecer.

O primeiro pedido de esclarecimento será formulado pela Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP. Faça favor.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, tomou a opção de gastar todo o seu tempo para evitar o confronto, mas ainda assim continua…

Protestos da IL e do CDS-PP e contraprotestos do BE e da Deputada do PS Aida Carvalho.

Então, o que é que vos incomoda?!

Vozes do PSD: — Outra vez?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Já estávamos à espera!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Muito obrigada, Sr. Presidente. Vou continuar a fazer a minha intervenção, por muito que incomode e que não gostem de ouvir.

A primeira questão que importava que fosse esclarecida, e espero mesmo que o Governo a esclareça, é a de saber como é que vão ser publicados as classificações e os resultados, se esta manhã há professores que ainda aguardam que a plataforma publique itens para serem classificados. Era importante que isto fosse esclarecido.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — São os vossos a boicotar!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Era importante, também, que fosse esclarecido como é que as notas serão publicadas, se há agrupamentos cuja verificação de pauta já foi adiada para segunda-feira. Há que explicar como serão publicadas.

Protestos do CDS-PP e contraprotestos do BE e do Deputado do PCP Alfredo Maia.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados…

Parem a contagem do tempo, por favor.

Continuação de protestos do CDS-PP e contraprotestos do BE.

É natural que haja diferentes posições. É natural, é saudável, é salutar, é tudo. Portanto, temos de ouvir com paciência democrática cada uma das posições. Neste momento, quem está a fazer o pedido de esclarecimento é a Sr.ª Deputada Paula Santos, e tem de ter condições para ser ouvida.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Estas foram denúncias que acabámos de receber…

Vozes do CDS-PP: — Claro!…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … e que demonstram que, efetivamente, os problemas estão longe de estar resolvidos, porque, mesmo que sejam publicadas as classificações, há uma outra questão que continua a não ser esclarecida: quais é que foram as orientações para a classificação das provas?

Não temos dúvidas quanto à qualidade e rigor do trabalho dos professores.

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Mas parece que têm!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Temos é todas as dúvidas relativamente às orientações e ao funcionamento desta plataforma. Foram feitas classificações sem as provas estarem completas e sem terem sido distribuídas todas as folhas de resposta por parte dos estudantes. Isto, sim, coloca em causa o rigor; isto, sim, prejudica o percurso escolar dos estudantes; isto, sim, pode colocar em causa todo o seu percurso escolar, nomeadamente a entrada no ensino superior.

Tem de haver rigor também na avaliação e rigor perante a prova que cada um dos estudantes realizou nestes exames nacionais.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Também para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Manuela Tender, do Chega.

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, as notas dos exames têm um peso determinante no acesso ao ensino superior. Alunos e famílias têm vivido dias de ansiedade e angústia. Os alunos temem pelo futuro e pela não colocação no curso que ambicionam; os pais sofrem com e pelos filhos.

O Sr. Ministro afirmou, e cito: «Nunca nenhum aluno será prejudicado.» A primeira pergunta que se impõe é esta: está hoje em condições de garantir isso? Esse é o compromisso que se impõe.

O processo em curso é da exclusiva responsabilidade do Governo, mas o Primeiro-Ministro acusou os professores de perturbarem o processo por estarem contra esta mudança. Os professores têm sido vítimas deste processo, tal como os alunos. Foram obrigados a corrigir e classificar repetidamente itens. Quando corrigiam os atribuídos, recebiam outros para corrigir. Foram colocados sob o *stress* e a impotência perante uma plataforma que lhes negava o acesso, que não gravava as classificações ou não lhes apresentava respostas completas. Tiveram de cancelar compromissos pessoais e familiares para se dedicarem a tempo inteiro a esta tarefa.

Não foi só trabalho extraordinário; foi dedicação plena, empatia e humanismo, porque sabem o que os exames representam para os alunos e as famílias. Foi trabalho intensivo fora de horas, sob condições de ansiedade extrema, condicionados pelos prazos, pelas falhas na plataforma, pela incerteza. Garante que nada disto se vai repetir na segunda fase?

O País precisa de respostas claras, sem desculpas nem subterfúgios.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Filipa Pinto, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Sr. Ministro, ao dia de hoje, as classificações dos exames não foram ainda homologadas, pela primeira vez desde 1999. Não há garantias de rigor nas classificações e de confiança no sistema. O custo das reapreciações vai ter de ser assegurado pelos alunos.

São estas as conclusões deste debate e esta realidade não tranquiliza ninguém. Nem as palmas de pé da bancada do PSD o salvam nesta situação, Sr. Ministro!

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não regista mais inscrições.

O Sr. Deputado Porfírio Silva pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Para uma interpelação à Mesa para distribuição de documentos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Nesta sessão, é possível; na próxima, veremos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, relativamente ao facto afirmado pelo Sr. Ministro de que não haverá nenhuma alteração de calendários por causa deste processo, vou entregar à Mesa, para distribuição, uma notícia de há pouco: «Falhas na correção dos exames nacionais alargam prazos de candidatura ao ensino superior na UA (Universidade de Aveiro).»

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Faremos a distribuição da notícia.
O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.
É apenas para dizer que, da parte do Grupo Parlamentar do Chega, cedemos 30 segundos ao Governo, porque creio que as perguntas do PCP, do Chega e do Livre merecem ser respondidas. Então, nós cedemos 30 segundos ao Governo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, como sabe, a regra é: o Governo utiliza o tempo, se pretender. Digamos que não é por o tempo ser cedido pelo Chega que é transferido automaticamente.
Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, em relação a esta última intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto, e já não é a primeira vez que assim o faz, o Governo deu as explicações cabais…

Protestos do CH e do PS.

… e não necessita do obséquio que aqui surgiu a partir da bancada do Chega.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não regista mais inscrições.

Pausa.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cardoso, para aproveitar, penso eu, o tempo que o Chega tem disponível.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sr. Ministro, marcou-se este debate de urgência para ouvir os seus esclarecimentos e, da primeira vez que lhe fazem perguntas, o Sr. Ministro foge a essas perguntas e não quer responder aos Deputados.

Aplausos do CH.

Foge do escrutínio e isso não é democrático. É uma vergonha para o cargo que ocupa!
Já tínhamos assistido a um pouco de tudo. Temos um Primeiro-Ministro que gosta muito de casinos, mas não sabíamos que tínhamos um Governo que fazia roleta russa da vida dos estudantes. Isso é que é muito grave!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Deixe-me dizer-lhe também uma coisa: ninguém aqui está contra reformas no sistema educativo, mas as reformas não são um brasão que trazemos ao peito, não são uma medalha. As reformas implicam responsabilidade, e não podemos dizer que somos reformistas quando as coisas correm bem e atirar as responsabilidades para cima dos outros quando as coisas correm mal.

Agora, diga-me, Sr. Ministro, se acha que encaixotar milhares e milhares de fotocópias é modernização administrativa! Diga-me se acha que carros da PSP (Polícia de Segurança Pública) a vir de Bragança para trazer exames para Lisboa é reforma do Estado! É que eu não sei se é ou não.

Aplausos do CH.

O Sr. Ministro faltou à verdade numa coisa, e eu tenho de lhe apontar isto. Não sei se vai querer responder ou não. Temos conhecimento de *emails* que estão a ser divulgados pelas escolas esta manhã — esta manhã! — aos encarregados de educação, a dizer que não têm respostas do júri nacional de exames e que as notas não foram afixadas às 9 horas da manhã, como deviam ter sido.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Sr. Ministro, não se pode eximir das suas responsabilidades, não pode fugir das instituições que estão sob a sua tutela.

Aplausos do CH.

Sr. Ministro, tem de responder ao País! Quem foge do escrutínio não é digno do lugar que ocupa.

Deixe-me dizer-lhe que, findo este processo, o Chega chamará à colação todos aqueles que têm responsabilidades sobre este desastre que está a acontecer e que é da sua responsabilidade.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Agora, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, para a última intervenção. Tem 1 minuto e 54 segundos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados: O que vimos neste debate na Assembleia da República foi um Governo a fugir às respostas que estudantes, famílias, professores e o País exigem. A verdade é que o PSD, o CDS e o Governo enfiaram a cabeça na areia, como se os problemas que estão a afetar a vida dos estudantes não fossem uma responsabilidade deste Governo.

É uma responsabilidade sua, Sr. Ministro! É uma responsabilidade do Governo. Foi responsabilidade de quem tomou uma decisão para alterar um procedimento sem estarem reunidas as condições, e está à vista de todos.

Não somos nós que o dizemos. Basta ver cada um dos professores, cada uma das escolas, as notícias que são conhecidas de que o Governo não resolve os problemas. Aliás, o Governo está mais preocupado em pôr a responsabilidade sobre outros do que em assumir as suas próprias responsabilidades!

Isto não é um problema técnico; é um problema político, e é um problema político gravíssimo, que mexe com a vida de milhares de jovens no nosso País, que estão a concluir o ensino secundário, que se estão a preparar para o ensino superior. Não é justo, não é legítimo. Que tenham tranquilidade, que seja justa a sua avaliação!

O que é que o Governo está a fazer para que não sejam prejudicados? Não responde, não diz, foge às perguntas que são feitas, foge às respostas que é necessário dar.

Mas, Sr. Ministro, na próxima terça-feira, cá nos encontraremos. Também por iniciativa do PCP, vai ser ouvido na Comissão de Educação, vai ser obrigado a dar as respostas que são necessárias, porque não podemos aceitar que, por uma teimosia, por uma imposição, por uma opção política desastrosa, se esteja a colocar em causa a vida destes jovens. É isso que está a acontecer com as vossas opções políticas.

É esta a vossa responsabilidade, são estas as consequências daquilo que querem implementar. Desconsideram totalmente a vida destes jovens e querem degradar essas mesmas vidas.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Do terceiro e quarto pontos da ordem do dia consta a apreciação, respetivamente, do Projeto de Lei n.º 716/XVII/1.ª (PSD, CH, PS, IL, CDS-PP, PAN e JPP) — Estabelece a orgânica do Registo de Transparência da Representação de Interesses (RTRI) e dos Projetos de Lei n.os 414/XVII/1.ª (PSD, PS, CH, L, CDS-PP, JPP, IL) — Procede à alteração dos limites territoriais entre os municípios de Gondomar e Porto, nomeadamente a divisão administrativa entre as freguesias de Rio Tinto, união das freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova e união das freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim do município de Gondomar com a freguesia Campanhã do município do Porto, 415/XVII/1.ª (PSD, PS, CH, IL, L, CDS-PP, JPP) — Procede à alteração dos limites territoriais entre as freguesias de Lodares e união de freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, do município de Lousada, e a freguesia de Bustelo, do município de Penafiel, e 416/XVII/1.ª (PSD, PS, CH, IL, L, CDS-PP, JPP) — Procede à alteração dos limites territoriais entre as freguesias de Galegos, Rans, Irivo, Guilhufe e Urrô do município de Penafiel, sem tempos para debate.

Srs. Deputados, tenho indicação de que há pouca afluência nas eleições que estão a decorrer, e o próximo ponto, que são as votações, obriga os Srs. Deputados a estarem presentes. Por isso, vou suspender os trabalhos durante 10 minutos, para que possam ir votar e para que não haja falta de quórum.

Estão interrompidos os trabalhos.

Eram 11 horas e 13 minutos.

Srs. Deputados, vamos retomar os trabalhos.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Enquanto os Srs. Deputados se vão sentando, aproveito para anunciar que nas galerias estão — ou estiveram, mas penso que ainda estão — a assistir aos nossos trabalhos: a equipa feminina de karaté, mais o respetivo treinador, que ficaram em segundo lugar no Campeonato Mundial de Karaté; cidadãos do Sindicato dos Médicos Dentistas do Setor Público e Social Português, do Porto; e agricultores da Região Demarcada do Douro.

Aplausos gerais.

Vamos então agora abrir o sistema, para efeitos de registo, sendo que me deram indicação para não fecharem os computadores, porque vamos ter uma votação eletrónica, portanto, será necessário que usem o computador para o efeito. Se alguma Sr.ª Deputada ou algum Sr. Deputado não se puder inscrever, faça favor de se anunciar. Quanto a mim próprio, agradeço que registem a minha presença.

Pausa.

Quem não conseguir inscrever-se, é melhor que se anuncie, que é mais fácil.

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Sr. Presidente, não me consegui registar.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado. Obrigado.

A Sr.ª **Catarina Louro** (PS): — Sr. Presidente, também não consegui fazer o registo.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, também não me consegui registar.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado.

Se não houver mais ninguém, podemos encerrar o sistema, para verificarmos o quórum.

Pausa.

Temos 211 Sr.as e Srs. Deputados presentes, portanto, podemos passar à fase das votações. Temos 23 páginas de guião, mais os guiões suplementares, por isso, vai ser exigente para a nossa eficácia e para a minha voz.

Vamos começar por votar a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 657/XVII/1.ª (apresentado pelo CH) — De pesar pelo falecimento da cantora Bonnie Tyler.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Segue-se a apreciação do Projeto de Voto n.º 668/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pela morte do Padre João Felgueiras, que vai ser lido pelo Sr. Secretário Francisco Figueira.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Perdemos, no passado dia 3 de julho, o Padre João Felgueiras, aos 105 anos. Nascido em Caldas das Taipas, Guimarães, foi ordenado sacerdote na Companhia de Jesus e estabeleceu-se, em 1971, em Timor. Aí viveu nos últimos 55 anos. Aí morreu, após uma vida entregue à missão e ao ensino da língua portuguesa.

Em 1975, diante da invasão indonésia, recusou abandonar Timor. No Externato de São José, em Díli, foi, durante décadas, um dos poucos professores autorizados a ensinar português. Em 1992, após o encerramento forçado do Externato, ensinou na clandestinidade.

Capelão de doentes e presos, acolheu inúmeros timorenses fugidos da perseguição e arriscou a vida na defesa dos mais frágeis. Na viragem do milénio, quando se consolidava a independência de Timor, continuou dedicado ao ensino, à assistência social e à missão católica. Pelas suas mãos passaram milhares de alunos, de sucessivas gerações, com os quais partilhou a nossa língua e cultura. Contribuiu, ao mesmo tempo, para a consolidação da identidade timorense e para o fortalecimento das instituições do país.

Recebeu, em 2002, a Ordem da Liberdade e, em 2022, a Grã-Cruz da Ordem de Camões. Foi também agraciado, em 2009, com a Ordem de Timor-Leste, em reconhecimento pelo seu papel como educador de gerações de timorenses. Em 2024, foi o primeiro a ser saudado pelo Papa Francisco, num encontro com os jesuítas timorenses.

A Assembleia da República, reunida em Plenário, expressa profundo pesar pela morte do Padre João Felgueiras e reconhece o seu legado ímpar na defesa de uma sociedade humanista e na promoção da cultura portuguesa. Aos seus familiares, amigos e confrades da Companhia de Jesus, endereça sentidas condolências. Às autoridades de Timor-Leste, reafirma a proximidade e amizade do povo português.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Srs. Deputados, na sequência das votações a que acabámos de proceder, vamos guardar 1 minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Passamos à votação da parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 653/XVII/1.ª (apresentado pelo Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Chile) — De solidariedade pelo vigésimo aniversário do falecimento dos

operacionais chilenos e português em Famalicão da Serra, sendo que saúdo a presença do Sr. Embaixador do Chile na galeria.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Votamos, de seguida, a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 667/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação pelos 30 anos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.

O Sr. Deputado Mário Amorim Lopes pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, é para dar nota de que vamos apresentar uma declaração de voto escrita sobre esta última votação.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Procedemos, agora, à votação final do Projeto de Resolução n.º 1139/XVII/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Cabo Verde.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, vamos agora passar à votação na generalidade, especialidade e final global do Projeto de Lei n.º 716/XVII/1.ª (PSD, CH, PS, IL, CDS-PP, PAN, JPP) — Estabelece a orgânica do Registo de Transparência da Representação de Interesses (RTRI).

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do CDS-PP, do PAN e do JPP e as abstenções do L, do PCP e do BE.

Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, para que efeito pede a palavra?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, era para solicitar a dispensa de redação final e do prazo para reclamações relativamente a este projeto, por favor.

O Sr. **Presidente**: — Votamos, então, o requerimento, apresentado pelo PS, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões relativamente ao Projeto de Lei n.º 716/XVII/1.ª (PSD, CH, PS, IL, CDS-PP, PAN, JPP) — Estabelece a orgânica do Registo de Transparência da Representação de Interesses (RTRI).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Prosseguimos com a votação na generalidade, especialidade e final global do Projeto de Lei n.º 414/XVII/1.ª (PSD, PS, CH, IL, L, CDS-PP, JPP) — Procede à alteração dos limites territoriais entre os municípios de Gondomar e Porto, nomeadamente a divisão administrativa entre as freguesias de Rio Tinto, união das freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova e união das freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim do município de Gondomar com a freguesia Campanhã do município do Porto.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP, o voto contra do PCP e a abstenção da Deputada do PSD Germana Rocha.

Segue-se a votação na generalidade, especialidade e final global do Projeto de Lei n.º 415/XVII/1.ª (PSD, PS, CH, IL, L, CDS-PP, JPP) — Procede à alteração dos limites territoriais entre as freguesias de Lodares e união de freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, do município de Lousada, e a freguesia de Bustelo, do município de Penafiel.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PCP.

Seguimos para a votação na generalidade, especialidade e final global do Projeto de Lei n.º 416/XVII/1.ª (PSD, PS, CH, IL, L, CDS-PP, JPP) — Procede à alteração dos limites territoriais entre as freguesias de Galegos, Rans, Irivo, Guilhufe e Urrô do município de Penafiel.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PCP.

O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, era só para dizer que estes três projetos eram do PSD, do PS, do Chega, da Iniciativa Liberal, do Livre, do CDS-PP e do JPP. Não foi referido pelo Sr. Presidente, mas era só para as pessoas que estão a assistir perceberem.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, fica registado.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 745/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a reabertura integral da linha ferroviária do Corgo, entre Peso da Régua e Chaves.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, da IL, do L, do PCP e do CDS-PP.

Esta iniciativa baixa à 14.ª Comissão.

Votemos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 1036/XVII/1.ª (L) — Recomenda a abertura da linha ferroviária do Corgo e a concretização da ligação de Chaves à rede ferroviária nacional.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, da IL e do CDS-PP.

Este projeto baixa à 14.ª Comissão.

Vamos agora votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 1077/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a reabertura da linha ferroviária do Corgo e a sua integração na Rede Ferroviária Nacional.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, da IL e do CDS-PP.

Esta iniciativa baixa igualmente à 14.ª Comissão.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 1081/XVII/1.ª (PCP) — Pela reativação e modernização da linha ferroviária do Corgo.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, da IL e do CDS-PP.

A iniciativa baixa à 14.ª Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 576/XVII/1.ª (L) — Proíbe a detenção de pessoas particularmente vulneráveis em centros de instalação temporária e espaços equiparados.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.

Procedemos agora à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 386/XVII/1 (PS) — Cria o regime jurídico para a definição do preço do gás, a subsidiação aos consumidores para a aquisição de GPL engarrafado, determina a alteração da regulamentação da revenda do GPL em botija e procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PCP.

Vamos passar à votação global da Proposta de Resolução n.º 16/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Acordo relativo ao Espaço de Aviação Comum entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Arménia, por outro, feito em Bruxelas, em 15 de novembro de 2021.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PCP.

Segue-se a votação global da Proposta de Resolução n.º 17/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Acordo sobre o Espaço de Aviação Comum entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Ucrânia, por outro, feito em Kiev, em 18 de outubro de 2021.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PCP.

Passamos à votação global da Proposta de Resolução n.º 18/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Segundo Protocolo de Revisão da Convenção sobre Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas e do Protocolo Adicional, entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha, relativo ao Regime de Caudais do Rio Guadiana na Secção de Pomarão, assinado em Madrid, a 24 de fevereiro de 2026.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP e os votos contra da IL, do PCP e do BE.

Agora fazemos a votação final do Projeto de Resolução n.º 1095/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo a criação da medida «Uva para Destilação 2026», em regime de apoio reembolsável, destinada à valorização dos excedentes vitivinícolas da Região Demarcada do Douro e à proteção do rendimento dos viticultores.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.

Prosseguimos com a votação final do Projeto de Resolução n.º 1101/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a criação de um mecanismo de emergência para a facilitação do regresso de luso-venezuelanos a Portugal.

Submetido à votação, foi rejeitado, com o voto contra do PSD, os votos a favor do CH, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP e do BE.

O Sr. Deputado Luís Moreira Testa pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, é para anunciar que o Partido Socialista apresentará uma declaração de voto por escrito sobre esta última votação.

O Sr. **Presidente**: — Pede a palavra para o mesmo efeito, Sr. Deputado Fabian Figueiredo?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado.

Vamos votar, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 18/XVII/1.ª (PAN) — Pela reativação do programa Trabalhos & Competências Verdes e criação de bolsas ou licenças para os trabalhadores que pretendam desenvolver as suas competências verdes.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PCP.

Vamos, agora, proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 213/XVII/1.ª (PAN) — Por medidas nacionais e europeias de combate à poluição luminosa e aos seus impactos.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PCP.

Votamos agora, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 216/XVII/1.ª (PAN) — Pela valorização da carreira de vigilante da natureza e do respetivo estatuto profissional.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

Passamos à votação final do Projeto de Resolução n.º 228/XVII/1.ª (PAN) — Pela mitigação dos impactos das partículas ultrafinas emitidas pelo setor da aviação.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e da IL.

O Sr. Deputado Luís Moreira Testa pede a palavra. Faça favor.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, é para anunciar uma declaração de voto escrita sobre esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado.

Segue-se a votação final do Projeto de Resolução n.º 452/XVII/1.ª (PAN) — Pela transição para fogos de artifício silenciosos em eventos públicos, em proteção do bem-estar animal, da saúde pública e do ambiente.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do L, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Procedemos agora à votação final do Projeto de Resolução n.º 823/XVII/1.ª (PAN) — Pela revisão do projeto de expansão do Porto de Leixões, garantindo a proteção ambiental e a salvaguarda dos interesses da população.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL, do L, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Avançamos para a votação final do Projeto de Resolução n.º 1120/XVII/1.ª (PCP) — Medidas urgentes para abertura de caminhos, limpeza segura, reforço de vigilância e prevenção de incêndios na Mata Nacional de Leiria e em outras zonas atingidas pelas tempestades na região centro.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, da IL e do CDS-PP.

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes pede a palavra. Faça favor.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, peço desculpa. Na votação do Projeto de Resolução n.º 823/XVII/1.ª, do PAN, o sentido de voto do Livre é «contra».

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, está registado.

Vamos proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 1008/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que garanta a sustentabilidade financeira e operacional das respostas de apoio a vítimas de violência doméstica e de tráfico de seres humanos.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Segue-se a votação final do Projeto de Resolução n.º 1011/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que implemente integralmente o Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, nos estabelecimentos prisionais, garantindo a criação da estrutura de Direção de Enfermagem.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções da IL, do L e do PCP.

Vamos proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 1093/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a aprovação e implementação efetiva de uma Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do CH e do CDS-PP e as abstenções do PSD e da IL.

Segue-se a votação final do Projeto de Resolução n.º 1068/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que adote as medidas necessárias à viabilização da construção do novo Quartel-Sede dos Bombeiros Voluntários de Proença-a-Nova.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções da IL e do PCP.

A Sr.ª Deputada Paula Santos pede a palavra. Faça favor.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, peço desculpa, queria só referir, relativamente ao Projeto de Resolução n.º 1068/XVII/1.ª, do CH, creio que foi o que acabámos de votar, o sentido de voto do PCP é «abstenção». E já agora, Sr. Presidente, se me permite, no Projeto de Resolução n.º 452/XVII/1.ª, do PAN, o sentido de voto do PCP é «contra».

O Sr. **Presidente**: — Mas não altera o resultado?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, está registado.

Passamos para a votação final do Projeto de Resolução n.º 1021/XVII/1.ª (PCP) — PRR - alargar prazo de execução, garantir a construção de equipamentos em curso, fixar e valorizar trabalhadores essenciais ao aproveitamento de fundos comunitários.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Segue-se a votação final do Projeto de Resolução n.º 1106/XVII/1.ª (PCP) — Apoios específicos ao movimento associativo popular, associações de bombeiros e instituições de solidariedade social.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP.

Procedemos, seguidamente, à votação final do Projeto de Resolução n.º 1107/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas excecionais para concluir a apreciação das candidaturas aos apoios na sequência das tempestades do último inverno.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

Segue-se a votação final do Projeto de Resolução n.º 975/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a criação de um Serviço de Urgência Básica no Centro de Saúde de Coruche.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

Vamos proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 902/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que promova a disponibilização de meios eletrónicos de pagamento nas transações comerciais.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do PAN e do JPP e as abstenções do L e do BE.

O Sr. Deputado Luís Moreira Testa pede a palavra. Faça favor.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, peço desculpa, é para corrigir um sentido de voto do PS. No Projeto de Resolução n.º 1106/XVII/1.ª, do PCP, o sentido de voto do PS em vez de «abstenção» é «a favor».

O Sr. **Presidente**: — Fica registado. Então, o Projeto de Resolução n.º 1106/XVII/1.ª, do PCP, tem alteração do resultado. Em vez de ser rejeitado, passa a estar aprovado.

Vamos continuar. Segue-se a votação final do Projeto de Resolução n.º 956/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que se oponha resolutamente à criação de um Euro Digital e a qualquer iniciativa europeia no sentido da supressão do numerário.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do L e do BE, os votos a favor do CH e da IL e as abstenções do PCP, do CDS-PP, do PAN e do JPP.

Vamos proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 1121/XVII/1.ª (PCP) — Apoios às empresas e explorações agrícolas afetadas pelas intempéries em 2026.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Segue-se a votação final do Projeto de Resolução n.º 1033/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo que no âmbito dos Protocolos celebrados com o Governo do Reino de Espanha diligencie no sentido da suspensão das obras nas minas San Juan (Gudinã).

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

Vamos proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 1123/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que declare o Ministro da Segurança Nacional israelita, Itamar Ben-Gvir, como *persona non grata*.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.

O Sr. Deputado Almiro Moreira pede a palavra. Faça favor.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, apenas para anunciar que iremos apresentar uma declaração de voto escrita sobre este projeto de resolução.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Segue-se a votação final do Projeto de Resolução n.º 14/XVII/1.ª (PAN) — Pela eliminação progressiva e socialmente justa até 2030 dos subsídios relativos a combustíveis fósseis e por um plano de ação que a concretize.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.

O Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra. Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, apenas para mudar o sentido de voto da bancada do PSD. O sentido de voto do PSD no Projeto de Resolução n.º 14/XVII/1.ª, do PAN é «contra».

O Sr. **Presidente**: — *Ok*, o resultado é o mesmo, mas fica registada esta mudança do sentido de voto.

Vamos proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 524/XVII/1.ª (PAN) — Pela redefinição do regime de tutela do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, assegurando a sua tutela exclusiva pelo Ministério do Ambiente e Energia.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do L, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Segue-se a votação final do Projeto de Resolução n.º 702/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que proteja os consumidores e proceda à aprovação da portaria de fixação de margens máximas de comercialização para os combustíveis simples.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Passamos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 1061/XVII/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo a definição de critérios baseados na ciência para a utilização de equídeos em atividades de turismo, lazer e trabalho.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP e do JPP, os votos contra do PAN e as abstenções do PCP e do BE.

A Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real pede a palavra. Faça favor.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Peço desculpa, Sr. Presidente, nesta última votação, o sentido de voto do PAN é «contra».

O Sr. **Presidente**: — O PAN vota «contra», fica registado.
O Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra. Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, eu peço mesmo muita desculpa, porque vai causar transtorno, mas no Projeto de Resolução n.º 452/XVII/1.ª, do PAN — só dei nota disso agora, por isso é que informo a Mesa agora e a Câmara —, em que nós sinalizámos o sentido de voto como «abstenção», o sentido de voto do Grupo Parlamentar do PSD é «contra».

O Sr. **Presidente**: — Não altera o resultado. Está registado.
Não sei se há mais alguma votação de iniciativas do PAN para alterar.

Pausa.

O Sr. Deputado Mário Amorim Lopes pede a palavra. Faça favor.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, vou aproveitar a deixa para corrigir um sentido de voto da IL. No Projeto de Resolução n.º 956/XVII/1.ª, do CH, o sentido de voto da IL não é «a favor», mas «abstenção».

O Sr. **Presidente**: — Está registado.
Srs. Deputados, o que vamos votar agora é com recurso à votação eletrónica, pelo que peço a vossa atenção.
Vamos, então, proceder à votação do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 9/XVII/1.ª (ALRAA) — Décima alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na sua redação atual.
Antes de anunciar o resultado da votação, chamo a Sr.ª Deputada Ana Gabriela Cabilhas, do PSD, que está a assistir remotamente aos nossos trabalhos, para que possa pronunciar-se.

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Sr. Presidente, voto a favor.

O Sr. **Presidente**: — Os serviços podem fechar o processo de votação eletrónica.

Submetido à votação, obteve os votos da maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções, tendo sido aprovado com 214 votos a favor (PSD, CH, PS, IL, L, CDS-PP, BE, PAN e JPP) e 3 abstenções (PCP).

Vamos agora votar, na generalidade, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 82/XVII/1.ª (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2024/1712, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, alterando o Código Penal, o Código de Processo Penal e à Lei n.º 104/2009, de 14 de setembro, e procede à criação da figura do Coordenador Nacional Antitráfico de Seres Humanos e à designação do ponto focal para a referenciação transfronteiriça das vítimas.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Segue-se a votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas, na especialidade, em sede de Comissão, relativas ao texto de substituição, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sobre a Proposta de Lei n.º 82/XVII/1.ª (GOV).

Submetidas à votação, foram aprovadas, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Passamos à votação final global do texto de substituição, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 82/XVII/1.ª (GOV).

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Tem a palavra o Sr. Deputado Almiro Moreira.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, quero fazer um requerimento de dispensa de redação final, reclamações e inexatidões deste texto que acabou de ser aprovado.

O Sr. **Presidente**: — Está admitido o requerimento.
Vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Segue-se a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 69/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a criar Processo Especial de Venda de Coisa Imóvel Indivisa e a alterar o Código Civil e o Código de Processo Civil.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do CDS-PP e do JPP, os votos contra do L, do PCP e do BE e as abstenções do CH e do PAN.

Vamos proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Defesa Nacional, relativo ao Projeto de Lei n.º 153/XVII/1.ª (CH) — Estende a gratuitidade dos transportes públicos aos antigos combatentes em todo o território nacional.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do L e do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Moreira Testa.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, para anunciar a apresentação de uma declaração de voto por escrito sobre o texto final relativo à Proposta de Lei n.º 69/XVII/1.ª (GOV).

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.
Segue-se a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativo à Proposta de Lei n.º 78/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a rever o Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, que estabelece o regime aplicável às contraordenações aeronáuticas civis.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP e as abstenções da IL, do PCP e do BE.

Agora, temos um requerimento, apresentado pelo L, de avocação pelo Plenário da votação, na especialidade, das propostas de alteração do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos,

Liberdades e Garantias, relativo às Propostas de Lei n.º 75/XVII/1.ª (GOV) e 76/XVII/1.ª (GOV) — Assegura a execução dos Regulamentos (UE) 2024/1349, 2024/1356, 2024/1347, 2024/1348, 2024/1350, 2024/1351 e 2024/1359, transpõe as Diretivas (UE) 2024/1346 e 2024/1233, e altera a Lei n.º 34/94, de 14 de setembro, que define o regime de acolhimento de estrangeiros ou apátridas em centros de instalação temporária, a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, e a Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária.

Srs. Deputados, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, vamos, então, passar à fase de avocação, sendo que cada grupo parlamentar dispõe de 2 minutos e cada DURP de 1 minuto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Governo e o PSD já não se podem esconder atrás do argumento de que estes diplomas se limitam a cumprir o pacto europeu em matéria de migração e asilo. Aliás, o próprio PSD admitiu que há normas que vão mais longe do que aquilo que o pacto prevê e, portanto, estas escolhas, as escolhas que são feitas nestas propostas de lei, são do PSD.

E o Governo faz sempre a mesma escolha: ir além do pacto, ir além daquilo que o pacto europeu exige, quando isso significa reduzir garantias, ignorar os pareceres e os alertas de quem trabalha diariamente com os requerentes de asilo e dos conselhos superiores.

Esta é a face daquilo que nos dizem que é a regulação da imigração humanista de que o Governo tanto fala.

Escolhem permitir a detenção de menores, escolhem transferir para quem procura asilo as consequências da inoperância da AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo), em vez de pôr a AIMA a cumprir a lei, muda-se a lei para que a AIMA deixe de ser responsabilizada por não cumprir os prazos, escolhem limitar o acesso à justiça e escolhem fragilizar famílias e enfraquecer a proteção de quem procura asilo.

O PSD volta a mostrar de que lado está e a narrativa em que está interessado, que é uma narrativa desumana e impiedosa.

O Livre, certamente, não está desse lado e, por isso, apresentamos estas propostas de alteração, como já apresentámos iniciativas legislativas nessa matéria, e, por isso, damos hoje também a esta Câmara mais uma oportunidade de ficar do lado certo, do lado dos direitos humanos, do estado de direito e da proteção das pessoas mais vulneráveis que pedem proteção internacional.

É para travar este retrocesso que apresentámos estas avocações para impedir a detenção de menores e de outras pessoas particularmente vulneráveis, para garantir que quem pede proteção internacional continua a ter acesso efetivo à justiça e a um recurso com efeito suspensivo que o próprio pacto admite, para impedir que sejam os requerentes de asilo a pagar pela inoperância da AIMA e para assegurar que Portugal continua a cumprir a Convenção de Genebra, protegendo quem procura asilo em vez de criminalizar quem entra no nosso País pela forma como entram no nosso País.

Nós não desistimos de conseguir esta efetiva dignidade que o PSD, à boleia da extrema-direita, tenta limpar da lei.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Nós não nos iremos opor às propostas que o Livre apresentou, pelo contrário, iremos acompanhá-las, mas há aqui alguns aspetos que gostaríamos ainda de acrescentar.

O processo legislativo da chamada «lei do retorno» termina com uma fraude.

Devido às críticas contundentes que a proposta de lei sofreu por violação de normas constitucionais e direitos humanos fundamentais, assinalados até no despacho de admissão do Sr. Presidente da Assembleia da República, o Governo finge que retira a proposta de lei, mas contrabandeia o seu conteúdo à sorrelfa, à boleia da execução de regulamentos da União Europeia.

O Governo pode tentar recorrer à fraude, fingir que retirou a proposta da lei do retorno e pensar que engana alguém, mas é o Governo que se engana.

A prisão administrativa de cidadãos estrangeiros em centros de instalação temporária, sem que tenham cometido qualquer crime, por um tempo desproporcionado, que pode ir até um ano, está cá.

A revogação das normas legais, que preveem o efeito suspensivo do recurso das decisões administrativas de expulsão ou de recusa de asilo, podendo levar a factos consumados que venham mais tarde a ser julgados ilegais, está cá.

A atribuição de competência à PSP para determinar a expulsão de cidadãos estrangeiros que tenham entrado irregularmente em violação do artigo 33.º da Constituição, que reserva essa decisão às autoridades judiciais, está cá.

A norma que permite a expulsão de estrangeiros que tenham filhos menores em Portugal, que configura uma clara desproteção da família e dos menores, também está cá.

O despacho do Sr. Presidente da Assembleia da República, que admitiu a proposta de lei do retorno, sob condição de a 1.ª Comissão se debruçar de forma particular sobre estes pontos, de modo a evitar soluções inconstitucionais, foi deitado ao lixo pelo PSD e pelo CDS.

As inconstitucionalidades mudaram fraudulentamente de sítio e foram votadas, mas este Governo e a maioria que o suporta já não enganam ninguém.

Aplausos do PCP e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A discussão, que hoje terminará, pelo menos nesta fase, do conjunto de iniciativas legislativas nesta matéria, efetivamente, faz muito mais do que aquilo que se impunha ou que era necessário para cumprir obrigações do direito da União Europeia.

Para cumprir o pacto teria sido necessário atermo-nos ao que resulta dos regulamentos e diretivas pertinentes nesta matéria, e, efetivamente, aquilo que hoje somos convidados a votar em votação final global, não assegura as correções que desde o início do procedimento, na nota de admissibilidade, e dos vários pareceres recebidos ao longo do processo, evidenciam como sendo problemas estruturais que não ficaram resolvidos.

Se voltarmos a olhar para o diploma, mantém-se a ideia de que temos privação da liberdade efetiva, são os pareceres dos próprios Conselhos Superiores que o dizem, ou seja, há privação de liberdade em tudo equivalente a penas privativas da liberdade de cidadãos que ainda não foram condenados pela prática de qualquer crime; os efeitos suspensivos, enquanto se aguardam as decisões finais, judiciais ou administrativas, não são acautelados e não são salvaguardados, mais uma vez, criando situações de facto consumado que prejudicam pessoas reais.

Depois, nos processos que respeitam a menores, encontramos um conjunto de exigências adicionais àquelas que já constavam da lei, para o menor poder beneficiar de proteção, como se fosse, de alguma forma, responsabilidade do menor a situação em que, eventualmente, entrou, de forma irregular ou não, no território nacional, porque o menor, seguramente, não foi quem fez o plano para chegar até cá, não foi ele quem fez a avaliação de qual a forma com menos risco para conseguir chegar a um porto seguro e ele vai ser diretamente afetado pela norma que aqui vai ser aprovada.

No final de tudo isto, não se sustêm os processos por expulsão por entrada irregular enquanto estão pendentes a avaliação dos processos de asilo — aqui, sim, também, incumprindo na violação de obrigações internacionais.

É uma solução que é desproporcional no plano jurídico, desumana na avaliação política e desnecessária face à realidade dos números que nos revelam não haver, efetivamente, um problema com o asilo e com a sua tramitação em Portugal e, por isso, naturalmente, chumbaremos a proposta.

Aplausos do PS e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Lopes Reis.

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta avocação é a prova de que, quando um micropartido se junta num pequeno congresso e diz que quer ser Governo, tendo menos Deputados do que tem de porta-vozes, resulta nisto.

Risos do CH.

É a tentativa de contornar uma lei necessária para este País, como foi a lei de estrangeiros, usando o asilo como uma porta de entrada diferencial para isso mesmo.

Aplausos do CH.

E mais: se tudo isto é necessário, devem-no exatamente aos vossos colegas aí do lado, que deixaram este País na bandalheira e no bar aberto que nós vimos durante anos.

Aplausos do CH.

Protestos do PS.

Portanto, os portugueses que nos agradeçam, porque, agora, estamos cá nós para regular o que vocês aqui deixaram de mal, ou que vocês apoiaram de mal.

O que é que o Livre quer? Quer repor o efeito suspensivo dos recursos judiciais. Ou seja, isto é a socratização da imigração, é recurso atrás de recurso para não permitir a expulsão.

Aplausos do CH.

O que é que o Livre quer? Quer eliminar a criminalização da entrada irregular de requerentes de asilo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Oh, que crime! Que crime!

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Que nojo!

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, por falar em asilo, saíram 60 militantes do seu partido. Já lhes encontrou asilo ou ainda não?

Aplausos do CH.

Sobre eliminar a criminalização da entrada irregular de requerentes de asilo, querem que as pessoas usem o asilo para entrar ilegalmente em Portugal e, para o Livre, podem manter-se cá *ad aeternum*. É uma excelente proposta, Sr. Deputado, sem dúvida nenhuma.

Por fim, a única coisa que eu posso dizer é que o PS não vai chumbar nada, porque não tem peso para isso; o Livre não vai chumbar nada, porque não tem peso para isso;…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não perdes pela demora!

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — … o Bloco não vai chumbar nada, porque não tem peso para isso; e o único asilo que vos aconselho a requererem é o asilo psiquiátrico,…

Aplausos do CH.

Protestos do PS, do L e do BE.

… se ainda não perceberam que o País mudou, que o País quer controlo migratório e que o País terá controlo migratório.

Aplausos do CH.

Protestos do PS, do L e do BE, tendo o Deputado do BE batido com as mãos no tampo da bancada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, parece-me que ultrapassou o registo da urbanidade e do respeito que deve ser tido e, portanto, não posso deixar de fazer esta advertência, porque acho que foi excessivo e não foi adequado ao código de conduta que devemos ter em relação ao nosso relacionamento com outros Deputados.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito simpático foi ele!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Saudando o que acaba de dizer, acrescento que questões de saúde mental não devem ser menorizadas em contexto algum.

Aplausos do PS, do L e do BE.

O Sr. **Presidente**: — É verdade.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Não é só a questão da ofensa individual, porque não é ofensa ter um problema de saúde mental, é o desrespeito pelas pessoas, não só as que estão na Câmara, mas as restantes.

Aplausos do PS, do L e do BE.

Protestos do CH.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E virar as costas não é falta de respeito?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues, do PSD.

Protestos do CH e contraprotestos do PS, do L e do BE.

Srs. Deputados, vamos continuar. Já foram feitas as referências que tinham de ser feitas.

Sr. Deputado António Rodrigues, tem a palavra. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, continuamos convencidos de que esta matéria carecia de regulamentação, coisa que a esquerda não gosta de assumir, quer nesta matéria de retorno ou de asilo, quer em toda a outra que estava conexa, quer da estada em Portugal, e agora de criar as condições para que aqueles que não devem estar em Portugal possam sair.

Há quem queira criar sistematicamente exceções, há quem queira criar alavancas para expulsar pessoas de Portugal e há quem queira utilizar menores para poder entrar no nosso País.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Oh, por favor!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Nós não estamos aqui para abrir portas a ninguém,…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É esse o vosso humanismo!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — … nem fazer aquilo que a esquerda durante muito tempo fez, que foi renegar a verdade daquilo que existiu. Todos nós temos a consciência do que aconteceu no País nos últimos 10 anos, mas os senhores continuam convencidos de que nada aconteceu.

Protestos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.

Nós legislámos no sentido do que a União Europeia faz. Pode o Livre dizer o que quiser, nós continuaremos a fazê-lo,…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não, não podem!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — … continuaremos a assumir a nossa soberania, mas fazemo-lo de acordo com aquilo que se passa nos outros 27 Estados da União Europeia. Esta legislação cumpre, esta legislação faz, esta legislação regulamenta. É isso que nós estamos aqui a fazer, pese embora continuem alguns a vitimizar-se com as crianças que há por esse mundo fora.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — As crianças que vocês querem prender! Que vergonha falarem em humanismo!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, o regime do asilo e da proteção internacional existe por boas razões: para permitir que alguém que, por exemplo, seja perseguido no seu país possa ser acolhido noutro país em condições humanitárias decentes. Sucede que este regime tem sido sucessivamente abusado no contexto europeu e também…

Protestos do BE.

Ó Sr. Deputado, já falou! Já falou!

Portanto, o que acontece em Portugal é que, primeiro, as pessoas tentam entrar ilegalmente no País e, depois, quando são apanhadas, dizem «ai, afinal eu sou perseguido, afinal eu não estou a entrar ilegalmente, afinal o que eu quero é pedir asilo porque estou numa situação vulnerável».

Os Srs. Deputados indignam-se muito porque acreditam nesses mentirosos todos.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Protestos do L e do BE.

Olhem, paciência, isto não é uma bandalheira, isto não é uma bandalheira, e o País não pode estar ingenuamente à disposição daqueles que querem cometer uma ilegalidade e que só pedem ajuda porque não conseguiram cometer essa ilegalidade.

Protestos do L e do BE.

O que o Livre quer manter com estas propostas de alteração são três coisas muito simples. Em primeiro lugar, a fraude destas pessoas que mentem quando entram no País.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Mentiroso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Em segundo lugar, a ineficiência do sistema quando são apanhados — são apanhados, são condenados e o que o Livre quer é efeito suspensivo para que essa condenação não produza efeito nenhum.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não são condenados nada!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E, em terceiro lugar, uma que ainda é mais indigna: os senhores falam das crianças, e eu até acredito que os senhores tenham boas razões. Mas não percebem que as crianças são usadas?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Então metem as crianças na prisão!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Que estas crianças são instrumentalizadas? Que mandam as crianças à frente para depois ir atrás? Que as crianças são o principal instrumento das redes de imigração ilegal, porque sabem que as crianças têm sistemas que são mais permissivos?

Aplausos do CDS-PP e do CH.

Os senhores querem mentira, querem ilegalidade e querem fraude. Em Portugal, não há espaço para fraude, para mentira nem para ilegalidade.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Com essa intervenção, ninguém diria!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, os pedidos de asilo em Portugal são menos de 3000 ao ano e diminuem ano após ano, coisa que a direita não consegue dizer.

Protestos do CH e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. Deputado João Almeida não conseguiu dizer que a sua lei, que é inconstitucional, nos termos que o Sr. Presidente da Assembleia da República identificou, permite a detenção de crianças, permite a detenção administrativa sem formação de culpa por mais de um ano, viola as Convenções de Genebra e é inconstitucional de uma ponta a outra em Portugal como em qualquer democracia.

Aplausos do PS e do L.

Não houve nada que tivesse sido sanado na especialidade. Quem o diz, quem fundamentou a principal razão desta lei ser inconstitucional não é nenhuma destas bancadas, é o Sr. Presidente da Assembleia da República, razão pela qual esta lei só tem um destino quando chegar a Belém: a sua fiscalização pelo Tribunal Constitucional.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Já sabes disso?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Em qualquer Estado de direito protege-se o direito à vida, protegem-se as crianças e garante-se o direito à justiça, coisa que esta lei não garante. Seria um recuo pré-democrático aprovar esta lei.

Aplausos do PS e do L.

Protestos do CH e contraprotestos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal. Dispõe de 2 minutos também.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, esta é uma matéria em que toda a proteção, a quem se encontra em situação concreta de necessidade de asilo, deve ser proporcionada. É uma matéria em que todas as tentativas de abuso devem ser paralisadas.

E aquilo a que estamos a assistir nesta matéria é à transposição do debate que foi feito quanto ao regime genérico de entrada em Portugal, que foi objeto de modificação — na nossa perspetiva, bem, porque o sistema da manifestação de interesse foi insuficiente para controlar as fronteiras do País —, para outra matéria, que é a matéria de asilo e que não devia ser contaminada com estas questões.

É evidente que toda a proteção deve ser dada, mas não se deve transformar o sistema de asilo numa tentativa de fazer entrar pela janela aquilo que não se pode permitir que entre pela porta.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Quantos é que vieram? Diz os números!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Estaremos a favor das alterações que são justificadas pela necessidade de proteção de asilo, mas também estaremos contra todas as tentativas que façam disto uma janela aberta quando a porta tem de se manter com condições de acessibilidade.

Aplausos da IL.

Protestos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação e pedia a atenção de todos para o guião suplementar.

Sugerem-me a votação em conjunto de todas as propostas, mas a experiência mostra que é mais cautelar e acaba por ser mais rápido votar uma a uma.

Portanto, vamos votar, na especialidade, as propostas de alteração ao

texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo às Propostas de Lei n.os 75/XVII/1.ª (GOV) e 76/XVII/1.ª (GOV).

Começamos por votar a proposta, apresentada pelo Livre, de eliminação do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 34/94, de 14 de setembro, constante do artigo 2.º do texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Segue-se a votação da proposta, apresentada pelo Livre, de eliminação da alínea *k)* do n.º 1 do artigo 122.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, constante do artigo 4.º do texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.

Passamos a votar a proposta, apresentada pelo Livre, de eliminação da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 135.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, constante do artigo 4.º do texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Vamos votar a proposta, apresentada pelo Livre, de eliminação da alínea *c)* do n.º 1 do artigo 135.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, constante do artigo 4.º do texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Votamos agora a proposta, apresentada pelo Livre, de eliminação da alínea *d)* do n.º 1 do artigo 135.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, constante do artigo 4.º do texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Segue-se a votação da proposta, apresentada pelo Livre, de eliminação do artigo 12.º da Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, constante do artigo 6.º do texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Passamos para a votação da proposta, apresentada pelo Livre, de substituição do nº 2 do artigo 20.º da Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, constante do artigo 6.º do texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP e os votos a favor do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Era a seguinte:

2 — Na falta de decisão dentro do prazo previsto no número anterior, o pedido prossegue, nos termos do artigo 27.º e seguintes.

O Sr. **Presidente**: — Votamos agora a proposta, apresentada pelo Livre, de substituição do nº 1 do artigo 22.º da Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, constante do artigo 6.º do texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP e os votos a favor do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Era a seguinte:

1 — A decisão proferida pelo conselho diretivo da AIMA, I. P., é suscetível de impugnação judicial perante os tribunais administrativos no prazo de oito dias, com efeito suspensivo, desde que pedido pelo requerente ou aplicado pelo Tribunal.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se a votação da proposta, apresentada pelo Livre, de substituição do nº 1 do artigo 25.º da Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, constante do artigo 6.º do texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP e os votos a favor do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Era a seguinte:

1 — A decisão proferida pelo conselho diretivo da AIMA, I. P., é suscetível de impugnação judicial perante os tribunais administrativos no prazo de cinco dias, com efeito suspensivo, desde que pedido pelo requerente ou aplicado pelo Tribunal.

O Sr. **Presidente**: — Vamos proceder à votação da proposta, apresentada pelo Livre, de eliminação do nº 1 do artigo 30.º da Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, constante do artigo 6.º do texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Vamos votar a proposta, apresentada pelo Livre, de eliminação do nº 3 do artigo 33.º da Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, constante do artigo 6.º do texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.

Segue-se a votação da proposta, apresentada pelo Livre, de substituição do nº 6 do artigo 33.º da Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, constante do artigo 6.º do texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.

Era a seguinte:

6 — Caso se conclua que não foram apresentados novos elementos de prova o conselho diretivo da AIMA, I. P., profere decisão de não aceitação, por o pedido ser considerado inadmissível, notificando de imediato o requerente, numa língua que este compreenda ou seja razoável presumir que compreenda, dos motivos da decisão, bem como da possibilidade de impugnação judicial, perante os tribunais administrativos, no prazo de cinco dias, com efeito suspensivo desde que pedido pelo requerente ou por decisão do Tribunal.

O Sr. **Presidente**: — Passamos a votar a proposta, apresentada pelo Livre, de aditamento de um novo nº 2 ao artigo 35.º-A da Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, constante do artigo 6.º do texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.

Era a seguinte:

2 — As pessoas particularmente vulneráveis, pessoas com necessidades especiais, designadamente os menores, os menores não acompanhados, os deficientes, os idosos, as grávidas, os membros de famílias monoparentais com filhos menores e as pessoas que tenham sido sujeitas a atos de tortura, violação ou outras formas graves de violência psicológica, física ou sexual, não podem ser detidas, devendo ser encaminhadas de imediato para um centro de acolhimento.

O Sr. **Presidente**: — Votamos agora a proposta, apresentada pelo Livre, de substituição do nº 6 do artigo 37.º da Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, constante do artigo 6.º do texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Era a seguinte:

6 — A decisão proferida pelo conselho diretivo da AIMA, I. P., é suscetível de impugnação jurisdicional perante os tribunais administrativos no prazo de oito dias, com efeito suspensivo desde que pedido pelo requerente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos proceder à votação da proposta, apresentada pelo Livre, de eliminação do nº 9 do artigo 41.º da Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, constante do artigo 6.º do texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.

Votamos agora a proposta, apresentada pelo Livre, de substituição do nº 1 do artigo 44.º da Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, constante do artigo 6.º do texto final.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.

Era a seguinte:

1 — A decisão proferida ao abrigo do n.º 1 do artigo anterior é suscetível de impugnação judicial perante os tribunais administrativos, no prazo de duas semanas, com efeito suspensivo.

O Sr. **Presidente**: — Com isto, arrumamos o guião suplementar.

Regressamos ao guião principal para a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo às Propostas de Lei n.os 75/XVII/1.ª (GOV) e 76/XVII/1.ª (GOV).

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

O Sr. Deputado Almiro Moreira pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, era para requerer a dispensa de redação final e do prazo para reclamações contra inexatidões relativamente a este diploma.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do CDS-PP, do PAN e do JPP e os votos contra do L, do PCP e do BE.

De seguida, vamos proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Lei n.º 47/XVII/1.ª (CH) — Proíbe a ocultação do rosto em espaços públicos salvo determinadas exceções.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE e do JPP e a abstenção do PAN.

Aplausos do CH, de pé.

O Regimento diz que não deve haver situações destas durante as votações. Portanto, podemos guardar as palmas para o final.

A Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real está a pedir a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, é para anunciar que apresentarei uma declaração de voto escrita relativamente a esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada. O Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, também apresentará uma declaração de voto escrita sobre a mesma iniciativa.

Queria ainda retificar que na votação relativa ao pedido de dispensa de redação final do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sobre as Propostas de Lei n.os 75/XVII/1.ª (GOV) e 76/XVII/1.ª (GOV), houve três votos contra, pelo que não é possível fazer a dispensa, tal como anunciei indevidamente.

Vamos agora votar, na generalidade, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 83/XVII/1.ª (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2023/1544, e estabelece o regime sancionatório aplicável às infrações das normas constantes da referida Diretiva e do Regulamento (UE) 2023/1543, relativo às ordens europeias de produção e de conservação para efeitos de prova eletrónica e de execução de penas privativas de liberdade na sequência de processos penais.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do L, do PCP e do BE e a abstenção do CH.

Vamos agora proceder à votação, na especialidade, da assunção, pelo Plenário, das votações indiciárias realizadas em sede de Comissão, relativas ao mesmo texto de substituição.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Passamos à votação final global do mesmo texto de substituição.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do L, do PCP e do BE e a abstenção do CH.

O Sr. Deputado Almiro Moreira está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, era para requerer a dispensa de redação final e do prazo para reclamações contra inexatidões relativamente a este diploma.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há um pedido de dispensa de redação final deste texto, que vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PCP.

De seguida, votamos, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativo à Proposta de Lei n.º 46/XVII/1.ª (ALRAM) — Aprova a primeira alteração à Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica, e aos Projetos de Lei n.os 396/XVII/1.ª (PSD) — Procede à alteração da Lei nº45/2018, de 10 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica (TVDE), e 466/XVII/1.ª (CDS-PP) — Altera a Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto,

que estabelece o Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica (TVDE).

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos contra do PS, da IL, do L, do PCP, do BE e do JPP e a abstenção do PAN.

O Sr. Deputado Luís Moreira Testa está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, era para anunciar que, no final das votações, faremos uma declaração de voto oral relativa a esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Segue-se a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo aos Projetos de Resolução n.os 719/XVII/1.ª (L), 904/XVII/1.ª (CH), 923/XVII/1.ª (PAN) e 972/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a revisão do financiamento das refeições escolares e a garantia da igualdade de tratamento dos alunos abrangidos por contratos de associação.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PSD.

Vamos proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Lei n.os 412/XVII/1.ª (PS) — Cria a Carreira Especial de Medicina Dentária no Serviço Nacional de Saúde e 544/XVII/1.ª (PAN) — Procede à criação da Carreira Especial de Medicina Dentária no Serviço Nacional de Saúde.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Aplausos gerais.

Queria deixar uma saudação especial à Ordem dos Médicos Dentistas.

Seguimos com a votação, na generalidade, do texto de substituição, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Lei n.º 106/XVII/1.ª (L) — Alteração à Lei n.º 33/2025, de 31 de março, que promove os direitos na gravidez, no parto e no puerpério e altera a Lei n.º 15/2014, de 21 de março.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do PCP, do CDS-PP e do JPP, os votos contra do L, do BE e do PAN e a abstenção do CH.

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes está a pedir a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, era para anunciar que o Livre fará uma declaração de voto oral, no final das votações, relativa a esta última votação.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, fica registado, Sr.ª Deputada. O Bloco de Esquerda também anunciou que ficará adscrito para o mesmo efeito.

Vamos agora proceder à votação, na especialidade, da assunção, pelo Plenário, das votações indiciárias realizadas em sede de Comissão, relativas ao mesmo texto de substituição.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Segue-se a votação final global do mesmo texto de substituição.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do PCP, do CDS-PP e do JPP, os votos contra do L, do BE e do PAN e a abstenção do CH.

Vamos passar à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Resolução n.os 602/XVII/1 (PS) — Recomenda ao Governo o reforço de meios e instrumentos ao dispor das forças de segurança no domínio da violência contra as mulheres e violência doméstica, 603/XVII/1 (PS) — Recomenda ao Governo que garanta que todas as vítimas de violência no namoro tenham acesso a um apoio eficaz, inclusivo e respeitador dos seus direitos, e 31/XVII/1 (PCP) — Recomenda ao Governo a implementação urgente de um plano de ação e investimento para a prevenção e combate à violência doméstica e no namoro.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passamos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º 1062/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo o reforço dos apoios às famílias monoparentais e a revisão dos escalões de acesso ao abono de família.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do L e do PCP.

O Sr. Deputado Luís Moreira Testa está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, é para anunciar a apresentação de uma declaração de voto por escrito relativa a esta última votação.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa procedeu ao registo, Sr. Deputado, bem como ao pedido para o mesmo efeito da Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

Seguimos com a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.os 784/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que fomente o estudo de terapias alternativas e complementares ao uso de antibióticos, designadamente a terapia fágica, 815/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a implementação efetiva e coordenada da terapia fágica em Portugal, com base na Deliberação n.º 112/CD/2024, do INFARMED, e 830/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo o acompanhamento da aplicação da Deliberação n.º 112/CD/2024, do INFARMED, relativa à terapia fágica.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

Passamos à votação de um requerimento, apresentado pelo PCP, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 508/XVII/1.ª (PCP) — Aplica a lei da concorrência aos processos pendentes.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o PCP requereu a avocação do seu projeto que aplica a lei da concorrência aos processos pendentes por ser a derradeira oportunidade de impedir que mais cartéis identificados pela Autoridade da Concorrência fiquem impunes, como impune ficou o cartel da banca.

Que fique claro e que ninguém venha dizer depois que ficou com dúvidas: nas audições, a requerimento do PCP, nomeadamente da Autoridade da Concorrência sobre a prescrição de multas do cartel da banca, o próprio

regulador avisou que os grupos económicos que combinam preços e outras práticas para seu benefício ficarão impunes se a lei não for alterada para aplicar as regras de suspensão de prazos aos processos pendentes.

O PCP tomou a imediata iniciativa de apresentar este projeto para evitar que pelo menos 19 processos pendentes, aos quais correspondem 880 milhões de euros de multas, prescrevam, como prescreveram as multas ao cartel da banca.

No processo de especialidade, a Autoridade da Concorrência desfez todas as dúvidas quanto à legalidade e à importância desta iniciativa e da sua aprovação. Se tal não acontecer, os Srs. Deputados do PSD, do Chega e da Iniciativa Liberal, que aqui apareceram muito indignados com a prescrição das multas ao cartel da banca, serão doravante cúmplices de todos os outros cartéis. Se decidirem não aprovar o projeto de lei do PCP, serão responsabilizados pela santa aliança entre PSD, CDS, Chega e Iniciativa Liberal para absolver os crimes dos grupos económicos.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, somos hoje chamados a decidir se aceitamos que processos por infrações graves à concorrência possam voltar a terminar sem consequências simplesmente porque o tempo se esgotou.

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

Já vimos esse desfecho no cartel da banca. Durante mais de uma década, vários dos principais bancos a operar em Portugal trocaram informação comercial sensível sobre *spreads*, condições de crédito e estratégias futuras. A Autoridade da Concorrência investigou, aplicou coimas de 225 milhões de euros e os tribunais confirmaram as infrações. No final, as coimas prescreveram.

Para as famílias e para as pequenas empresas é difícil compreender este resultado. Durante anos pagaram prestações, juros e custos bancários num mercado onde os principais concorrentes conheciam antecipadamente as estratégias uns dos outros. Quando chegou o momento de aplicar as sanções, o sistema já não foi capaz de o fazer. Infelizmente, os 225 milhões de euros dessas coimas nunca serão cobrados.

Mas este problema continua bem presente. A Autoridade da Concorrência alertou para cerca de duas dezenas de processos pendentes, correspondendo a mais de 800 milhões de euros em coimas. Processos complexos, muitos deles dependentes de decisões do Tribunal de Justiça da União Europeia, que podem enfrentar o mesmo destino.

Por isso, o PCP fez bem em trazer esta questão novamente ao Plenário e em não permitir que a rejeição em comissão encerrasse este tema. As garantias de defesa devem ser integralmente respeitadas, mas a duração dos processos não pode transformar-se numa vantagem para quem dispõe de equipas jurídicas e de recursos suficientes para prolongar a litigância durante anos.

O Livre acompanha, por isso, esta avocação e votará favoravelmente esta iniciativa, porque a confiança nas instituições também depende da certeza de que infrações graves, quando são comprovadas, têm consequências.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Nuno Fazenda, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o País assistiu, no ano passado, a uma notícia que chocou os portugueses, que indignou os portugueses, que foi o perdão de 225 milhões de euros à banca porque prescreveram esses processos.

Foram 10 anos de conluio a combinar *spreads* e condições de crédito.

Isto foi investigado, foi confirmado e foi dado como provado pelos tribunais e, porque prescreveu, essas multas não foram aplicadas.

Ora, essa situação pode repetir-se novamente, se este Parlamento não agir com justiça. Sim, porque, de acordo com a Autoridade da Concorrência, nós temos 19 processos pendentes, com multas que ascendem a 880 milhões de euros, e, se este Parlamento nada fizer, esta situação corre o risco de voltar a prescrever.

Como é que se pode dizer isso aos cidadãos e às microempresas, que procuram cumprir escrupulosamente com os seus compromissos e que, com sacrifício, cumprem esses compromissos, quando depois veem milhões serem perdoados a grandes grupos, nomeadamente das grandes superfícies ou das telecomunicações?

É por isso que o Grupo Parlamentar do PS está do lado certo da história, do lado da justiça, do lado da defesa de uma concorrência saudável, do lado das empresas que cumprem com as suas obrigações e do lado da defesa dos consumidores. Assim, surpreende que o PSD tenha votado contra esta posição.

Deixamos aqui um apelo ao Chega e ao PSD, que têm hoje a oportunidade de não criar as condições para que se possa perdoar multas de milhões de euros, nomeadamente aos grupos das grandes superfícies, com factos que podem vir a ser provados. Nós estamos do lado certo da história e aqui fica hoje o repto aos responsáveis políticos deste Parlamento, para que se faça justiça.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ficou provada a demagogia dos partidos da esquerda e da extrema-esquerda ao falarem sobre isto.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Chama-lhe demagogia, chama!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — A prova evidente teve impacto na semana passada, em que vocês, juntos, se esqueceram que o Chega tinha um projeto, tal como o PCP, mas muito mais completo, muito mais elaborado.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Aí, Srs. Deputados, ninguém nos dá lições de moral, muito menos a extrema-esquerda e a esquerda juntas, muito menos vocês, e por um motivo muito simples. É que, principalmente, o Partido Socialista, mas com o apoio do PCP durante a geringonça, foi responsável por esta matéria sobre a qual o Sr. Deputado Nuno Fazenda, de uma forma angelical, veio aqui sacudir a água do capote.

Mas não passa, Sr. Deputado! Vou dizer-lhe porquê. Sabe porque é que que há o perdão de 225 milhões de euros ao cartel da banca? Sabe porquê? Tudo tem a ver com uma coisa que nós sempre defendemos: responsabilidades jurídicas e administrativas, mas também as políticas. E nas políticas, vocês estão lá arrolados e querem sair de lá! Vocês e o PSD, porque só vocês e o PSD é que governaram.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Se isto aconteceu, a responsabilidade política também teve grande influência nestas manobras dilatórias para que, de uma forma abusiva dos meios processuais, os processos se arrastassem anos e anos e anos até prescreverem.

Aplausos do CH.

Portanto, PS e PSD são os grandes responsáveis por isto ter chegado a este ponto.

Protestos do Deputado do PS Hugo Costa.

Srs. Deputados, não venham aqui com moralismos pedir o apoio do Chega nesta votação. Não venham com esse moralismo!

Protestos do L e do BE.

Venham, sim, associar-se ao Chega naquilo que o Chega sempre defendeu, que é punição para esta cartelização e responsabilização política. Mas vocês aí querem fugir com a nadegazinha à seringa. Connosco, não passam!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Eu relembro só que devem ter cuidado com a forma de se dirigirem a outros Deputados, como «Sr. Deputado» ou «Sr.ª Deputada». É um mal que acontece com frequência e, desde que tomei posse, desde o primeiro dia, faço referência a isso. Portanto, pedia atenção aos Srs. Deputados para também dessa forma se dirigirem aos outros, sempre: «Sr. Deputado» ou «Sr.ª Deputada».

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é bom começar, na discussão deste problema, por referir que o problema que foi identificado na lei foi imediatamente resolvido após ter sido detetado. Tinha o mesmo a ver com a não suspensão do prazo de prescrição sempre que um tribunal português fazia o reenvio prejudicial para o Tribunal de Justiça da União Europeia. Esse problema foi resolvido. Imediatamente, quando foi detetado, foi resolvido na lei.

Mas, Srs. Deputados, nós vivemos num Estado de direito e a Constituição diz que a lei vale só para o futuro. Por isso, a vossa proposta é rotundamente inconstitucional.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A lei vale só para o futuro e a Constituição garante que a lei vale só para o futuro para defender direitos, liberdades e garantias de todos os cidadãos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Mas que cidadãos?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não só de uns, mas de todos os cidadãos, também dos cidadãos que se sentam nas bancadas da extrema-esquerda.

Srs. Deputados, a vossa proposta, para além de ser inconstitucional, iria pôr em causa a segurança jurídica não de uns, mas de todos os cidadãos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não, não!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Acabaste de votar uma lei constitucional!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por isso, não só era inconstitucional como realmente afetava os direitos, liberdades e garantias de todos os cidadãos, agora e no futuro. E, com isso, o CDS não pactua.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, há dois exercícios de retórica bastante hábeis que tenho de sublinhar, quer da bancada do Chega quer da bancada do CDS.

No caso do CDS, confunde-se lei penal com direito administrativo, propositadamente. Porque, no final, o que importa é o quê? São os 880 milhões de euros que vão ficar nos bolsos de quem andou a combinar preços contra a lei na banca, na grande distribuição, nos transportes e na energia.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vale para a frente! O senhor não é jurista, daí a sua ignorância!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Portanto, a questão é muito simples: está-se ao lado dos cidadãos que foram prejudicados pela cartelização da banca no mercado energético, na grande distribuição? Ou está-se ao lado dos acionistas destes grupos, que extorquiram do bolso dos portugueses o que lhes devia valer uma multa de 880 milhões de euros?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Dos cidadãos e dos direitos, liberdades e garantias!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Portanto, quem votar contra este projeto está ao lado da cartelização, da morosidade da justiça e contra o direito dos consumidores.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Era só o que faltava!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É tão fácil e simples quanto isto: votar a favor do cartel ou votar a favor dos cidadãos. É essa a votação que vamos fazer daqui a poucos segundos.

Aplausos do L.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É inconstitucional!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É, é!

O Sr. **Presidente**: — Não há mais inscrições, por isso peço a atenção dos Srs. Deputados para a página 21 do guião.

A Sr.ª Deputada Paula Santos pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, peço desculpa. Queria fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, era para solicitar que através da Mesa sejam distribuídos os pareceres da Autoridade da Concorrência que foram enviados para a Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, que dissipam todas as dúvidas de inconstitucionalidade, pareceres estes que foram solicitados para justificar o conluio com os grupos económicos.

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído, Sr.ª Deputada.

Vamos então votar, na especialidade, o Projeto de Lei n.º 508/XVII/1.ª (PCP) — Aplica a Lei da Concorrência aos Processos Pendentes.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

O Sr. Deputado Pedro Vaz pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Sr. Presidente, é para anunciar que será entregue uma declaração de voto escrita em meu nome, em nome do Sr. Deputado Pedro Delgado Alves e da Sr.ª Deputada Isabel Alves Moreira.

O Sr. **Presidente**: — Está registado, Sr. Deputado.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, peço silêncio! Isto é recorrente. Um dia, levo mesmo a sério estas interrupções e estou aqui até às 8 horas da noite sem interromper os trabalhos.

Passamos agora à votação final global do Projeto de Lei n.º 508/XVII/1.ª (PCP) — Aplica a Lei da Concorrência aos Processos Pendentes.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

Prosseguimos com a votação do texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Lei n.º 642/XVII/1.ª (PSD) — Procede à interpretação autêntica da Verba 2.23 da Lista I anexa ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, na redação dada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Deputado Almiro Moreira pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, era para apresentar um requerimento para pedir a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões relativamente à iniciativa que acabámos de aprovar.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar este requerimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Aproveito para informar que, relativamente à Proposta de Lei n.º 83/XVII/1.ª (GOV), como o sentido de voto do PCP foi abstenção e não contra, foi também aprovado o requerimento, ao contrário do que eu tinha referido.

Vamos, agora, votar a assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade, em sede de Comissão, relativamente ao texto final, apresentado pela Comissão da Reforma do Estado e Poder Local, relativo ao Proposta de Lei n.º 19/XVII/1.ª (ALRAA) — Altera o Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.

Segue-se a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão da Reforma do Estado e Poder Local, relativo à Proposta de Lei n.º 19/XVII/1.ª (ALRAA) — Altera o Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.

Temos agora para votar um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados. Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de o ler.

O Sr. **Secretário da Mesa** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, passo a ler o respetivo parecer:

«A Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o levantamento da imunidade parlamentar da Senhora Deputada Rita Maria Cid Matias no âmbito do inquérito 9024/25.4T9LSB que corre termos no Tribunal Central Instrução Criminal – TCIC – Juiz 7.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes pediu a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, queria só corrigir o sentido de voto na votação do Projeto de Resolução n.º 823/XVII/1.ª, do PAN, para abstenção e informar que entregaremos uma declaração de voto escrita, se faz favor.

O Sr. **Presidente**: — Fica então feito o registo, nesse sentido, Sr.ª Deputada.

Não havendo mais pedidos de palavra, peço ao Sr. Secretário para anunciar o resultado das eleições que decorreram ao longo da manhã.

O Sr. **Secretário da Mesa** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, as atas das eleições são do seguinte teor.

«Aos dezassete dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis procedeu-se à eleição de um membro para a Comissão Nacional de Eleições.

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes – 217

Votos a favor – 130

Votos brancos – 62

Votos nulos – 25

Nos termos legais aplicáveis e face ao resultado obtido, declara-se eleito o seguinte candidato efetivo:

António Francisco dos Santos Pragal Colaço (CH)

Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada.»

«Aos dezassete dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, procedeu-se à eleição para o cargo de Presidente do Conselho Nacional de Educação.

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes – 217

Votos a favor – 185

Votos brancos – 29

Votos nulos – 3

Nos termos legais aplicáveis e face ao resultado obtido, declara-se eleito o candidato António Pedro Barbas Homem.

Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada.»

O Sr. **Presidente**: — Antes de passarmos às declarações de voto, anuncio à Câmara que nos chegou agora indicação de que o Sr. Deputado Hugo Costa faz anos hoje e, portanto, transmito as nossas felicitações.

Aplausos gerais.

Vamos então dar início às declarações de voto. A primeira é do Partido Socialista, que tinha pedido para fazer uma declaração de voto oral relativamente aos TVDE (Transporte Individual e Remunerado de Passageiros em Veículos Descaracterizados a partir de Plataforma Eletrónica).

Dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Moreira Testa, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, o PSD trouxe à Assembleia da República a revisão da lei dos TVDE, mas cedo descobrimos que o seu propósito não era outro senão a desregulação e o desequilíbrio do sector. Uma lei que merecia ser revista não podia, na sua revisão, ser transformada numa lei nova.

Trata-se de uma lei nova, que transformou todo o mundo num mundo novo.

Primeiro, através da remoção dos limites à tarifa dinâmica, ou seja, hoje vamos entrar num TVDE e não vamos saber quanto vamos pagar.

Segundo, com a possibilidade de os táxis efetuarem serviço TVDE, ou seja, o táxi deixa de prestar atenção ao serviço público e passa a prestar atenção ao mercado desregulado.

Aquilo que acontece, na verdade, é que isto também é uma traição ao serviço público do táxi. Como é que se vai explicar às pessoas de Assumar, em Portalegre, de Alpedrinha, em Castelo Branco, ou de Pavia, em Évora, que podem perder o seu carro de praça porque o mesmo está a prestar serviço de TVDE, na capital de distrito?

É a criação de um mundo novo, que trai os condutores, trai as empresas TVDE, trai as plataformas, trai o mundo do táxi. Toda a gente é contra, inclusivamente as entidades de licenciamento. Toda a gente está contra, inclusivamente os reguladores. A favor, só as plataformas *Uber* e *Bolt*.

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.

A quem é que esta lei serve? A quem traz mais clientes, mais cooperantes, mais comissionários para continuarem a pagar o dízimo todos os dias à plataforma. É para isto que esta lei serve, não serve para outra coisa.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Lage, do PSD.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, efetivamente, sofremos do problema de o Partido Socialista não conseguir nunca ver a realidade que se passa à sua volta.

A verdade é que foram anos e anos de desregulação completa, anos e anos de total anarquia sem o Partido Socialista alguma vez ter conseguido perceber o que verdadeiramente se passava.

Aplausos do PSD.

Mesmo quando a lei anterior previa que a sua revisão fosse feita, há 5 anos, o Partido Socialista meteu sempre o *dossier* na gaveta e nada fez para que alguma coisa mudasse.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mais uma!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Na verdade, Sr. Presidente, o voto do Partido Socialista hoje foi muito coerente, porque o Partido Socialista cada vez mais é sinónimo de imobilismo, é sinónimo de estaticismo, é sinónimo de uma total e completa paralisia no que diz respeito ao funcionamento do nosso setor.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Deixe-me acrescentar também, Sr. Presidente, porque, na verdade, como foi aqui dito pelo Sr. Deputado Luís Testa, nós entrámos definitivamente numa nova era. Mas é uma nova era com mais credibilidade, com mais confiança e com mais rendimento para os motoristas.

Protestos de Deputados do PS.

O que queremos mesmo é que todos estejamos a contribuir para uma melhor mobilidade para todos nós. Esse é o nosso desígnio, e o PSD conseguiu fazer aprovar esta proposta precisamente porque está a olhar para o setor como um todo.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a lei já era um fato à medida das multinacionais. Agora vai ainda mais longe na precariedade, no ataque ao transporte de passageiros enquanto serviço público e na exploração dos trabalhadores. É a mistura entre serviço táxi e serviço TVDE, a precariedade laboral levada ao extremo, a lei da selva com a desregulação completa e a concorrência desleal na atividade no setor, seja nos preços, seja na oferta, seja na disponibilidade. É esta a opção de PSD e CDS, do Chega e do JPP.

Se, antes, o PSD, o PS e o PAN aprovaram uma lei desastrosa e injusta, que veio a legalizar a concorrência desleal, ao serviço da *Uber* e de outras multinacionais, agora, com o PSD e o Chega, chegou-se ainda mais longe e que foi feito o serviço aos donos disto tudo neste setor.

Não posso deixar de fazer uma referência à hipocrisia do Partido Socialista, porque, se isto se iniciou — toda esta desregulação e a traição ao setor do táxi —, foi o Partido Socialista quem iniciou com a lei que está atualmente em vigor.

Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

O PCP apresentou o seu projeto de lei e as suas propostas de alteração na especialidade. Não deixámos de contribuir com soluções alternativas.

Continua a ser possível e indispensável fazer com que se acabe este bar aberto à exploração e à precariedade, a esta selvageria no setor.

As propostas do PCP continuam e continuarão atuais. Continuará a nossa luta, a nossa intervenção, a nossa proposta em defesa de regras justas, em defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores, dos passageiros, da qualidade de vida nas cidades, da eficiência dos sistemas de transporte. Podem continuar a contar com o PCP nesta luta.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, desde a primeira hora que a Iniciativa Liberal considerou que era necessário rever a legislação sobre os TVDE em Portugal. Desde a primeira hora que a Iniciativa Liberal apresentou sempre propostas no sentido de liberalizar e modernizar este setor em Portugal.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Estás a dizer que fizemos mal?!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — O Partido Socialista foi empurrando o problema com a barriga ao longo dos anos. Finalmente abriu-se esta discussão no Parlamento português. Finalmente tivemos a oportunidade de reformar a lei do TVDE em Portugal.

A Iniciativa Liberal apresentou o seu projeto de lei, que foi rejeitado. Participou na especialidade e colaborou sempre com os proponentes do projeto de lei que foi agora aprovado por este Parlamento.

Mas o problema é que essa modernização não acontece com esta lei. Com esta lei estabelece-se uma concorrência desleal entre os táxis e TVDE segundo a qual os táxis poderão sempre fazer serviço TVDE, mas os TVDE nunca poderão fazer o serviço do táxi. Com esta legislação, os TVDE continuam a não poder circular

em faixas de *bus* — decisão que deve caber às câmaras municipais e que não deve ser decidida na lei —, mas os táxis continuam a poder circular nas faixas de *bus*.

Agora, quando quiser, um táxi pode dizer que está a prestar o serviço de TVDE e passa a poder circular nas faixas de *bus*. Este regime é um verdadeiro caos regulatório. Não melhora aquilo que já temos em Portugal.

Protestos do Deputado do PS André Pinotes Batista.

Este regime vai contra o sentido da enorme revolução que tivemos na mobilidade ao longo dos últimos 10 a 15 anos.

Por isso, a Iniciativa Liberal não pode compactuar e não pode ceder a uma legislação que, vez após vez, ano após ano, cede sempre aos mesmos interesses instalados, hoje representados pelo Chega, com a conivência do PSD.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gomes, do Chega.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, estamos perante uma votação que culmina um processo legislativo longo, de 2 anos, com dezenas de audições, dezenas de reuniões, dezenas de votações.

É um processo marcado por coragem. Coragem a três níveis diferentes: coragem de enfrentar um setor difícil, que é; coragem de produzir a legislação necessária; e coragem de pôr Portugal e os portugueses em primeiro.

Disto resultaram quatro vitórias que permanecem, independentemente da poeira que se queira levantar. Primeira, a vitória da identidade e da cultura, pois esta legislação faz do português uma obrigatoriedade na prestação do serviço.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Segunda, a vitória da transparência, pois esta legislação abre as portas para mais fiscalização, para melhor fiscalização, para mais rigor.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Terceira, a vitória da honestidade, pois esta legislação abre as portas para que condutores honestos e para que empresários honestos trabalhem na sua arte sem a concorrência desleal daqueles que usavam a fraqueza da lei em vigor para promover esquemas e para promover ilegalidade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Quarta e última, a vitória das regiões autónomas, pois esta lei permite aos parlamentos das regiões autónomas legislarem de acordo com as características do seu território.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Hoje, há duas certezas que permanecem, independentemente do ruído: os portugueses ganharam; Portugal ganhou. Tenho dito!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Convém fazer um resumo do que foi este processo. Foi um processo que começou há muito tempo, como ainda agora ouvimos. Foi um processo que, contrariamente ao que foi dito, até veio das regiões autónomas. O Livre até votou favoravelmente a proposta inicial da Assembleia Legislativa Regional da Madeira. E votou dessa forma porque, sabemos bem, a reforma desta lei era necessária e já estava prevista.

Ouvimos dezenas de entidades e passámos muito tempo à volta disto na Comissão de Infraestruturas. Mas isto não significa que o resultado tenha sido bom — porque não foi bom. Contrariamente ao que deveria ter acontecido, não houve uma vontade séria por parte da PSD e do Chega para perceber o que está em causa.

Muitas das grandes questões já aqui foram trazidas. Quem é que garante às pessoas do interior, que têm o seu carro de praça, que têm o taxista que conhecem há muitos anos, que este taxista não vai agora passar a fazer semanas, dias ou até meses inteiros de serviço TVDE na capital de distrito ou na grande cidade?

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

Mais, quem é que nas cidades nos garante que os táxis, com as obrigações, mas também com as regalias que têm, vão continuar a ser tratados da mesma maneira quando estão a trabalhar como TVDE? Nós sabemos bem que um táxi pode usar o corredor *bus*, enquanto um TVDE não pode. Como é que um táxi se vai manter caracterizado enquanto tal, se estiver a fazer o serviço de TVDE?

Protestos do PSD.

Quem é que vai estar a controlar se aquele táxi, a passar naquele momento, está a fazer o serviço de táxi ou está a fazer o serviço de TVDE? Alguém acha que um taxista que esteja a fazer o serviço de TVDE e que apanhe trânsito à sua frente, se tiver um corredor *bus* vazio à sua direita, não vai usar aquele corredor? É evidente que não vai acontecer!

Portanto, nada disto está contemplado na lei. É, uma vez mais, um arranjinho, um acordo entre o PSD e o Chega que não serve o setor, não serve os taxistas e, pior, não serve as populações do nosso País.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, três notas muito rápidas, porque estamos realmente no fim desta sessão legislativa.

Em primeiro lugar, lembro que o CDS esteve na origem da legislação que, pela primeira vez, regulamentou a atividade dos TVDE. Gostaria de recordar o Deputado Hélder Amaral, da bancada do CDS, que teve um papel fundamental nessa primeira legislação.

Em segundo lugar, naturalmente que acompanhámos as propostas do PSD para modernizar, flexibilizar e credibilizar a atividade dos TVDE em Portugal.

Finalmente, apresentámos um projeto próprio para garantir que todos os motoristas de TVDE devem falar português. Estamos em Portugal, eles estão obrigados a falar português.

O projeto foi aprovado, ponto final. Estamos contentes.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora às declarações de voto relativas a outro diploma.

Dou a palavra à Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a violência obstétrica existe, é real e traz consequências que duram décadas. Basta perguntar a qualquer mulher, basta perguntar às nossas avós, às nossas mães, basta perguntar a qualquer mulher aqui, neste Plenário, às nossas amigas, às nossas filhas.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

É um problema estrutural e que temos a obrigação de resolver. Mas para resolver um problema temos de lhe dar um nome. Temos de o nomear e temos de o atacar de frente.

Essa foi uma grande vitória deste Parlamento. Há apenas 1 ano, com os votos a favor do Livre, do Partido Socialista, do Bloco de Esquerda, do PCP, do PAN, inscrevemos a violência obstétrica na nossa lei, dando um sinal muito claro a todas as mulheres deste País que a violência obstétrica é para erradicar.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): —Assim que tomámos posse, o CDS quis voltar atrás e revogar a lei. O Livre, pelo contrário, apresentou uma melhoria da lei, clarificando e protegendo mais as mulheres e também os profissionais de saúde.

Ouvimos muitas entidades neste processo e percebemos o peso que o termo violência obstétrica tem. Mas a violência obstétrica é, ela, muito pesada e suavizar o termo é não estar à altura do sofrimento que isto causa às gerações e gerações, a milhares, e milhares e milhares de mulheres.

A substituição do termo por «práticas inadequadas, desrespeitosas e não consentidas», que é o que foi feito, é a suavização desta lei e não traz o peso que a expressão violência obstétrica tem, sendo que, na verdade, deixa de chamar o problema pelo nome que ele verdadeiramente tem.

Portanto, por iniciativa do PSD, do CDS, da Iniciativa Liberal, mas também do PS e do PCP, vamos sair desta Assembleia com uma lei menos forte, com uma lei mais fraca, porque tem medo de chamar as coisas pelos nomes. Assim, desprotegemos mulheres, desprotegemos profissionais de saúde, desprotegemos crianças.

Da parte do Livre, não desistiremos de voltar a inscrever a violência obstétrica na nossa lei, porque nomear as coisas pelos nomes é a melhor maneira de lhes fazer frente e nós queremos erradicar a violência obstétrica em Portugal.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, este processo, nesta Legislatura, resulta de um processo errado que foi feito na Legislatura passada, em que se fez uma lei sem ouvir ninguém.

A lei foi aprovada no último Plenário da Legislatura, não houve audição de nenhuma entidade e aquilo que foi feito, sim, punha em causa quer mulheres quer profissionais de saúde, relativamente a este problema que, sim, existe, e toda a gente o reconhece.

Aquilo que foi feito nesta Legislatura foi ouvir um conjunto de entidades, processo que foi muito participado. Houve um consenso de todas as entidades no sentido de compreender que isto é um problema que tem de se resolver e que tínhamos de arranjar um termo, porque aqui estamos a falar de palavras; o que é importante é garantir que nenhuma mulher é alvo de nenhuma prática desadequada, desrespeitosa,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — … e que não seja humanizada. E nisto estamos todos de acordo.

Portanto, não vale a pena continuar a insistir com espantalhos. Esta lei não desprotege ninguém. Esta lei faz exatamente o que devia fazer sem criar complicações adicionais.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Nascimento, do Chega. Faça favor.

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o Chega encara este tema com equilíbrio, porque percebemos que, obviamente, as mulheres têm de ser tratadas com direito, com respeito, com dignidade e com uma informação clara e verdadeiro consentimento informado antes, durante e após o parto.

A humanização dos cuidados não pode colocar em causa uma dicotomia entre profissionais de saúde, a mulher, a família e a criança. E, na realidade, este processo foi aprovado à última hora e não permitiu ouvir as entidades.

Percebemos, ao ouvir estas entidades agora, que não era consensual como foi aqui dito; não era consensual entre os profissionais de saúde e algumas associações e, portanto, é necessário manter este equilíbrio. E não suavizamos práticas, apenas queremos, na realidade, uma segurança jurídica.

Todos devemos combater a desumanização.

Partimos da premissa de que deve haver um equilíbrio porque, ao ouvir estas diversas entidades, percebemos que a não-consensualização deste termo iria colocar em causa as práticas dos profissionais de saúde e o tratamento da mulher. Portanto, cuidados assentes em segurança, qualidade e proteção das mulheres e dos profissionais de saúde foi o que orientou o nosso sentido de voto, porque o caminho deve ser sempre a qualidade dos cuidados, a formação e a comunicação entre as famílias e os profissionais de saúde e a confiança da mulher e das famílias nos profissionais de saúde. Esse foi o foco do Chega, ao tomar esta posição de respeito, humanização e dignidade para com a mulher e para com os profissionais de saúde.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração de voto, tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, ao contrário daquilo que já foi aqui referido, este não é um tema em que não tenham sido ouvidas identidades, e menos ainda um tema que seja novo. Este Parlamento há vários anos que tem vindo a abordar a violência obstétrica…

Protestos da Deputada da IL Joana Cordeiro.

… e, inclusivamente, tem apelado a que haja estudos em que se tenha em consideração as diferentes audições e os próprios peticionários que já trouxeram a este Parlamento diferentes iniciativas, que querem, de alguma forma, não colocar famílias e profissionais uns contra os outros, mas sim garantir que este é um fenómeno não só profundamente identificado, como também combatido, no que são as práticas nos hospitais.

Aliás, numa altura em que vimos que há uma incapacidade, pela parte do Estado, de dar resposta às mulheres grávidas, em particular no contexto de urgência, é com muito espanto que vimos partidos que se dizem alegadamente pró-família virem querer retroceder nos direitos das mulheres grávidas.

Protestos dos Deputados da IL Joana Cordeiro e Mário Amorim Lopes.

Tem de existir uma clara proteção e uma clarificação da legislação no que diz respeito a um fenómeno que efetivamente está mais do que identificado e que não passa apenas pela violência física. Inclusivamente, passa também por outras situações, como é o conhecido nó, ou ponto, do marido. Efetivamente, temos de combater estas práticas que têm consequências depois, ao longo de toda a vida da mulher grávida. E, por isso mesmo, o PAN está ao lado do Livre, e votou ao lado do Livre nesta iniciativa.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração de voto, tem ainda a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, como já foi dito, tratou-se, neste processo legislativo, de corrigir algo que foi feito à pressa e de forma abusiva no passado. E percebeu-

se aqui porquê, porque há Sr.as Deputadas e Srs. Deputados que estão mais preocupados com questões terminológicas do que com a proteção, de facto, às mulheres.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — E o CDS-PP queria revogar a lei! Sonso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nós, neste processo legislativo, tivemos três preocupações. Primeira preocupação: ouvir toda a gente, coisa que não tinha sido feita no passado. E, desde o início, não percebemos porque é que havia tanta objeção, designadamente por parte do Livre, e não só, de ouvir as entidades.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ouvir? Isso é mentira!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Qual era o problema de ouvir, designadamente, a Ordem dos Médicos? É que, numa matéria destas, não querer ouvir a Ordem dos Médicos tinha de querer significar alguma coisa. E depois viemos a perceber.

Segunda grande preocupação: a lei é uma lei de proteção de mulheres numa situação especialmente vulnerável, na sua gravidez e no seu parto. E, portanto, havia que densificar a lei no sentido de proteger essas mulheres, e não só — e a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro interveio muito nesse sentido —,…

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Vocês queriam revogar a lei!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … também todas as famílias, todos aqueles que estivessem envolvidos; não só a mulher, mas todos os que estivessem envolvidos e, com esta preocupação, fazer também esse alargamento na lei; e melhorou-se a lei.

A terceira preocupação era, no final: conseguirmos uma lei que não pusesse ninguém contra ninguém e que aumentasse a proteção das mulheres. Conseguimo-lo.

E por isso, é extraordinário que à 25.ª hora o Livre ainda se esteja a lamentar, não tenha uma palavra a favor daquilo que se melhorou na lei, não tenha uma palavra a favor das mulheres, que saem mais protegidas com esta lei do que estavam com a lei anterior, e continue a insistir que isto era uma questão de um termo.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Mas quis mudar a lei!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isto mostra muito sobre a forma como cada um está na política.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Mostra, mostra!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Há quem esteja na política para os propósitos e os resultados finais e para a proteção das pessoas; há quem esteja na política para pequenas batalhas terminológicas,…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ah!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … para pequenas vitórias de palavras, para pequenas vitórias ideológicas que às pessoas não dizem nem trazem nada.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Paulo Muacho pede a palavra. Para que efeito?

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Sim, tem a palavra Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, para esclarecer a Câmara que o Livre nunca se opôs a qualquer tipo de audições na Comissão de Saúde.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado isso não é uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sempre quisemos ouvir todas as entidades e todos os profissionais.

Protestos do CH, da IL, do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não é interpelação à Mesa!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — E é preciso descaramento para o Sr. Deputado vir dizer que quer proteger as mulheres,…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … quando o CDS tinha uma iniciativa para revogar a lei.

Aplausos do L.

Protestos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Ora bem, não tenho mais nenhuma inscrição, portanto, estamos em condições de poder terminar o nosso trabalho.

Confesso que estava a pensar, com uma certa vingançazinha em relação ao que se passou durante este arrastar, convocar uma sessão plenária especial para amanhã,…

Risos gerais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Cá estaremos!

O Sr. **Presidente**: — … cujo ponto único da ordem do dia seria felicitar pessoalmente o Sr. Presidente da Assembleia da República pelo seu aniversário.

Aplausos do CH e de Deputados do PSD.

Risos do PSD.

Mas, como sou conhecido pela minha paciência democrática, poupo VV. Ex.as a esse momento e relembro antes que será próxima reunião, da Comissão Permanente, será a 9 de setembro. Muito obrigado.

Pausa.

Ah, está bem, depois deste momento tão bonito…

Risos gerais.

… a Sr.ª Secretária põe-me aqui alguma coisa que me impede que eu receba as palmas por parte do… Ah, mas pronto!

Aplausos gerais, com Deputados do CH de pé.

Estava a brincar. É para anunciar quem está presente, mas não se conseguiu registar, não é?

O Sr. Deputado Vítor Guerreiro pede a palavra. Faça favor.

O Sr. **Vítor Guerreiro** (PS): — Sr. Presidente, é para solicitar o meu registo, uma vez que não tive oportunidade de o efetuar.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado. Mais alguém?

Pausa.

O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra. Para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, apenas para dizer que o Chega está disponível para vir amanhã a essa sessão plenária.

Risos do PSD e do CH.

Será um gosto.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Com o mesmo humor, diria: E assim estariam mesmo a trabalhar.

Risos gerais.

Está encerrada a Sessão. Boas férias.

Eram 13 horas e 25 minutos.

———

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 823/XVII/1.ª:

O LIVRE reconhece a legitimidade das preocupações levantadas pelo PAN quanto à expansão do Terminal Norte do Porto de Leixões, partilhando a visão sobre a necessidade de defesa da proteção da costa e da qualidade de vida da população de Matosinhos. O LIVRE considera também que, no momento atual, é extemporâneo recomendar a suspensão do projeto de expansão do Porto de Leixões, especialmente tendo em conta que a Agência Portuguesa do Ambiente emitiu, em 25 de março de 2026, um Título Único Ambiental que tem como anexo a Declaração de Impacto Ambiental favorável condicionada que estabelece um conjunto de medidas mitigadoras importantes, como a preservação in situ do Titã e da Estação de Passageiros e um estudo detalhado do impacte social e económico do projeto sobre as atividades náuticas e de recreio, com evidência da análise de opções e da fundamentação da escolha de solução ou conjugação de soluções de relocalização desta infraestrutura náutica. O LIVRE é intransigente quanto à necessidade de proteger o meio natural e as atividades económicas existentes perto do Porto de Leixões, considerando paralelamente que suspender o projeto é excessivo, dado o TUA, de data posterior a este Projeto de Resolução, que já apresenta condicionantes ambientais vinculativas e que vão ao encontro das preocupações mencionadas. O LIVRE entende que a

prioridade deve ser exigir o cumprimento escrupuloso das condicionantes descritas, com transparência e monitorização constante, em vez de reiniciar o debate sobre a conveniência do projeto sem nova evidência técnica que o justifique.

O Grupo Parlamentar do Livre.

Relativa ao texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 69/XVII/1.ª:

A Proposta de Lei n.º 69/XVII/1ª procura responder a um problema há muito identificado no ordenamento jurídico português: a existência de milhares de heranças indivisas que impedem a valorização do património, alimentam a litigância entre sucessores, dificultam a circulação dos bens e contribuem, em especial no território rural, para o abandono da propriedade e para a ausência de uma gestão ativa.

O Partido Socialista reconhece plenamente este problema. Foi, aliás, durante os Governos do PS que se iniciou este processo de reforma, através da constituição, em 2021, de um Grupo de Trabalho para a Reforma da Propriedade Rústica, cujos trabalhos deram origem a três relatórios técnicos e a uma proposta legislativa apresentada em 2023. Essa proposta veio posteriormente a ser retomada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista através do Projeto de Lei n.º 205/XVII.

A viabilização da presente iniciativa decorre, por isso, da coerência política de quem sempre defendeu que o atual regime das heranças indivisas carece de uma profunda reforma e de quem entende que o Parlamento deve ser capaz de construir soluções para problemas estruturais do País.

O Partido Socialista reconhece mérito a várias soluções constantes da proposta do Governo, designadamente a redução do prazo de aceitação da herança, o reforço dos mecanismos destinados a acelerar as partilhas, o combate à perpetuação das heranças indivisas e a criação de instrumentos suscetíveis de reduzir a litigância e facilitar a mobilização do património.

Contudo, esta iniciativa fica aquém do que o País necessita.

A proposta centra-se essencialmente na agilização da circulação dos imóveis, através da criação de um processo especial de venda, mas não enfrenta de forma suficientemente ambiciosa os problemas estruturais da propriedade portuguesa. Não combate o excessivo fracionamento fundiário, não promove uma verdadeira gestão profissional das heranças, não procede a uma reforma abrangente dos processos de inventário nem introduz instrumentos suficientemente robustos de emparcelamento, gestão territorial e valorização económica da propriedade rústica.

Os pareceres emitidos pelo Conselho Superior da Magistratura e pelo Conselho Superior do Ministério Público vieram, aliás, confirmar várias reservas que justificaram um aprofundamento do diploma durante a especialidade, designadamente quanto à concentração de poderes atribuídos ao testamenteiro, à insuficiente densificação dos mecanismos de fiscalização e responsabilidade, bem como à necessidade de aperfeiçoar tecnicamente o novo processo especial de venda de imóveis integrados em heranças indivisas.

O Partido Socialista entende que uma reforma desta natureza deve assentar num equilíbrio entre simplificação, eficácia e garantias jurídicas.

Foi precisamente essa preocupação que presidiu ao Projeto de Lei n.º 205/XVII, apresentado pelo Partido Socialista, cuja abordagem é mais abrangente e estrutural. Para além de acelerar a resolução das heranças indivisas, propõe uma verdadeira reforma da propriedade rústica, restringe o fracionamento excessivo, promove o emparcelamento, profissionaliza a administração das heranças, reforça os mecanismos de fiscalização e articula o direito sucessório com objetivos de ordenamento do território, gestão florestal e valorização económica da propriedade.

Esta dimensão assume hoje particular relevância.

Portugal possui cerca de 11,5 milhões de prédios rústicos, dos quais aproximadamente 30 % integram heranças indivisas, coexistindo com uma estrutura fundiária altamente fragmentada, milhões de prédios sem titular conhecido e uma reduzida dimensão média das explorações. Esta realidade constitui um dos principais fatores de abandono do território, comprometendo a gestão florestal, a valorização económica da propriedade e

a própria prevenção dos incêndios rurais. Reformar o direito sucessório é importante; reformar simultaneamente a propriedade rústica é indispensável.

Por isso, o Partido Socialista viabiliza esta iniciativa.

Fá-lo porque entende que seria um erro manter inalterado um regime que perpetua milhares de heranças indivisas e património sem gestão.

Mas fá-lo igualmente afirmando que esta reforma apenas ficará completa se, num segundo momento forem aprovadas as soluções que permitam responder às causas estruturais do problema, designadamente aquelas que o Partido Socialista já apresentou através do Projeto de Lei n.º 205/XVII.

O País precisa de uma reforma que não se limite a facilitar a venda de património. Precisa de uma reforma que valorize a propriedade, promova uma gestão ativa do território, reduza o abandono rural e contribua para uma floresta mais resiliente. Esse continuará a ser o compromisso do Partido Socialista.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Relativa ao texto final, apresentado pela Comissão de Defesa Nacional, relativo ao Projeto de Lei n.º 153/XVII/1.ª:

O Estatuto do Antigo Combatente já prevê a gratuitidade dos transportes para estes e para as respetivas viúvas. É a forma como o sistema de transportes públicos está construído, liberalizado pela mão do PSD, CDS e PS, com o apoio do Chega e da IL, e a falta de vontade governativa para resolver a situação, que impede o cumprimento dos direitos dos antigos combatentes. O texto final agora aprovado com a abstenção do PCP não aborda ou propõe resolver este problema de fundo.

A resolução deveria ser simples: acesso gratuito aos transportes pelos antigos combatentes mediante a apresentação do seu cartão. O impacto económico desta medida é absolutamente suportável. Mas o setor de transportes liberalizado não funciona assim e o texto final aprovado insiste no modelo passe e no financiamento prévio das empresas privadas de transportes.

O PCP reafirma que os antigos combatentes precisam e têm direito a transportes gratuitos, respostas atempadas nas próteses e apoio médico, complemento vitalício de pensão, no montante de 50 euros mensais, e uma pensão mínima de dignidade, que vise garantir faseadamente que nenhum Antigo Combatente auferisse pensão inferior ao salário mínimo nacional.

A Deputada, Paula Santos.

Relativa ao texto de substituição, apresentado pela Comissão Saúde, relativo ao Projeto de Lei n.º 106/XVII/1.ª:

O PCP defende intransigentemente o aprofundamento da qualidade e proximidade dos serviços públicos de saúde no acompanhamento da grávida, no parto e no puerpério, sendo fundamental que sejam eliminadas práticas não justificadas, abusivas ou desumanizadas na relação com a grávida, que desvalorizem o seu direito à participação informada em todo este processo, designadamente no parto.

O PCP considera que não se têm registados os avanços necessários em todas estas dimensões por responsabilidade das decisões políticas tomadas pelo anterior governo do PS e pelo atual governo do PSD/CDS.

Na atual legislatura o CDS inicialmente propôs a revogação da Lei n.º 33/2025, de 31 de março, que resultou da discussão e aprovação do Projeto de Lei n.º 268/XVI/1.ª (BE) — Promove os direitos na gravidez e no parto, que o PCP viabilizou por considerá-lo pertinente dado que reconhecia o problema das práticas não justificadas, abusivas e desumanizadas, e que propunha medidas que estavam em falta. Nesta discussão o PCP apresentou o Projeto de Resolução n.º 331/XVI/1.ª (PCP) — Reforço das medidas de acompanhamento da grávida e puérpera no Serviço Nacional de Saúde que foi rejeitado com os votos contra do PSD e do CDS e com a

abstenção da IL, que propunha um conjunto de medidas para resolver as insuficiências do SNS na gravidez e no parto.

A substituição da expressão «violência obstétrica» decorre do facto da entrada em vigor da Lei n.º 33/2025, de 31 de março, ter gerado problemas na sua aplicação dado ser um conceito demasiado indeterminado do ponto de vista jurídico, surgindo o receio de um aumento de casos de litigância, e o aumento da estigmatização de práticas necessárias e justificáveis no procedimento clínico em causa, o que levou ao condicionamento da prática clínica e ao risco de se agravar as dificuldades de acesso e a qualidade dos cuidados obstétricos, em vez de os melhorar.

Registaram-se casos de profissionais de saúde que se afastaram da área de Obstetrícia e Ginecologia por receio de litigâncias. Tendo isto em conta, o PCP considerou positiva a oportunidade de clarificação deste conceito e da legislação com o objetivo de esta corresponder a uma harmonização entre as responsabilidades dos profissionais de saúde, a autonomia da prática clínica e dos direitos das grávidas e das puérperas.

Foi neste espírito, e indo ao encontro das preocupações e propostas quer dos profissionais de saúde quer das associações de defesa dos direitos na gravidez e no parto, que o PCP apresentou propostas de alteração ao Projeto de Lei n.º 106/XVII/1ª (L) — Lei de prevenção e proteção contra a violência obstétrica, que visaram entre outros aspetos a substituição do conceito violência obstétrica por práticas não justificadas, abusivas e desumanizadas e com a definição de boas práticas na gravidez e no parto com o acompanhamento personalizado e humanizado, o respeito pelas expectativas das mulheres, assegurar o direito à informação e à participação nas decisões, o respeito da sua dignidade e direitos. Estas propostas foram rejeitadas com os votos contra do PSD, CDS, Livre, Iniciativa Liberal, PS e a abstenção do CH.

Apesar do chumbo das nossas propostas de alteração considerámos que as alterações aprovadas ao texto do Projeto de Lei n.º 106/XVII/1ª (Livre) contribuem para a harmonização entre as responsabilidades dos profissionais de saúde, da autonomia da prática médica, dos direitos das grávidas e das puérperas, como tal, votámos a favor.

A Deputada, *Paula Santos***.**

Relativa ao texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão relativo ao Projeto de Resolução n.º 1062/XVII/1.ª:

O Partido Socialista abstém-se neste Projeto de Resolução não por discordar do essencial da sua orientação ou dos objetivos que pretende atingir, mas por não poder concordar com a estratégia adotada pelo proponente e pelos partidos de direita que acompanharam este texto.

Na verdade, o reforço do abono de família, em particular nos primeiros anos de vida e nos escalões mais baixos, e a proteção das famílias monoparentais por esta via e por outras, faz parte do património político do Partido Socialista ao longo dos anos.

Mas a abstenção relativamente a este projeto de resolução tem como fundamento o facto de, no mesmo debate em plenário, estarem em cima da mesa não apenas meras recomendações ao Governo como esta, mas propostas específicas com força legal, sob a forma de projetos de lei. Em concreto, foram apresentados projetos de lei que visavam a questão da monoparentalidade e que foram chumbados, incluindo através de uma alteração de sentido de voto do CH que acabou por inviabilizar uma das iniciativas.

A aprovação destes, e designadamente aquele que foi apresentado pelo Partido Socialista, permitiria resolver vários dos problemas identificados no imediato e reforçar a proteção das famílias monoparentais, com um impacto financeiro comportável como o próprio partido que apoia o Governo reconheceu, sabendo-se que, em especialidade, poderiam ser feitas as alterações que se considerassem necessárias neste âmbito.

Acabaram assim chumbadas propostas que poderiam trazer uma solução efetiva, em detrimento de uma recomendação ao Governo, que também já assumiu estar a preparar soluções no mesmo âmbito, adiando, para prazo incerto e sem acompanhamento do Parlamento, o reforço da proteção por via do abono de família nas famílias monoparentais.

Por considerar que estavam reunidas as condições para prosseguir o processo legislativo no âmbito parlamentar, tendo em conta o reconhecimento de concordância do próprio Governo e de um impacto financeiro limitado, não podemos acompanhar esta recomendação ao Governo que, no mínimo, atrasa uma solução para estas famílias e tem, na verdade, cariz não vinculativo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Nota: *As declarações de voto anunciadas pelo Deputado do PSD Almiro Moreira, Deputados do PS Pedro Delgado Alves e Luís Moreira Testa e pelo Deputado da IL Mário Amorim Lopes não foram entregues no prazo previsto no n.º 4 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.*

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 661/XVII/1.ª [votado na reunião plenária de 3 de julho de 2026 — DAR I Série n.º 111 (2026-07-04)]:

O PCP há décadas que desenvolve intervenção, incluindo parlamentar, pela resolução dos problemas hídricos do Baixo Mondego, nomeadamente pela realização das obras que há muito tempo se arrastam sem compromissos claros de sucessivos governos com a sua conclusão.

Ainda recentemente, no decurso das suas jornadas parlamentares realizadas a 14, 15 e 16 de junho o Grupo Parlamentar do PCP, em visita ao canal de rega em Coimbra, voltou a constatar que a solução para a gestão de cheias e inundações, como as que se verificaram no início de 2026 no Baixo Mondego, exigem a revisão, manutenção e gestão pública adequada do sistema hidráulico do Mondego.

Uma outra questão que a iniciativa apresentada aborda é a construção, há muito decidida da barragem de Girabolhos e o seu contraembalse Bogueiras. Esta infraestrutura é necessária e a morfologia e afluências na localização previstas têm potencial para a produção hidroelétrica e para o armazenamento de água, representando um aumento significativo na capacidade de armazenamento desta bacia hidrográfica, desde que gerida e norteada pelo interesse público, recusando concessões a grupos económicos privados que geririam a infraestrutura e os caudais em função do lucro ditado pelas flutuações dos mercados de energia.

Sendo ambos os investimentos necessários para cumprir as suas funções, pela sua localização muito a montante, não se pode comparar o papel estruturante do empreendimento hidroagrícola do Mondego com o papel da barragem de Girabolhos, na gestão das inundações no Baixo Mondego, em Coimbra.

O PCP recorda a gigantesca operação de propaganda feita pelo Governo aquando das inundações verificadas no Inverno de 2026 que, aproveitando uma tragédia, procurou afastar responsabilidades sobre a não-realização das obras de aproveitamento hidroagrícola no Baixo Mondego e sobre a degradação das infraestruturas existentes (por falta de investimento de sucessivos governos), ao mesmo tempo que falava da barragem de Girabolhos, confundindo propositadamente as populações.

O Grupo Parlamentar do PCP absteve-se na votação da iniciativa apresentada por considerar que incorre no mesmo erro veiculado pelo Governo e reafirma o seu compromisso pela realização das obras necessárias no Baixo Mondego, em articulação estreita com as associações de pequenos e médios agricultores produtores e com as populações, e pela construção da barragem de Girabolhos há décadas decidida, considerando que para uma efetiva gestão da água o controlo público sobre as infraestruturas é um aspeto decisivo.

A Deputada, *Paula Santos***.**

[*Recebida na Divisão de Redação a14 de julho de 2026.*]

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 577/XVII/1.ª [votado na reunião plenária de 3 de julho de 2026 — DAR I Série n.º 111 (2026-07-04)]:

A gestão dos recursos hídricos conforme aos interesses de abastecimento das populações e atividades produtivas de forma articulada com a preservação dos interesses e valores ambientais, como a realidade repetidamente confirma, é uma questão central e inseparável do controlo público sobre todo o setor, incluindo das instalações hidroelétricas que desempenham nessa gestão um papel decisivo.

Os períodos prolongados de seca e de cheias que o País tem conhecido, com particular severidade em alguns pontos do território nacional, exigem das autoridades e entidades públicas a adoção das medidas necessárias para, a cada momento, monitorizar e garantir o cumprimento dos caudais ecológicos. O que a realidade tem confirmado é o uso das reservas de água em albufeiras e barragens, incluindo descargas, segundo critérios alheios ao interesse público e em função do lucro das entidades concessionárias das infraestruturas hidroelétricas, nomeadamente segundo as flutuações dos segmentos de mercado liberalizado de energia.

O Grupo Parlamentar do PCP absteve-se na votação da referida iniciativa por considerar que a gestão eficaz dos recursos hídricos, incluindo a gestão monitorização de caudais, é inseparável do resgate, e não a renovação, das concessões das instalações hidroelétricas, que a iniciativa apresentada desconsidera.

A Deputada, *Paula Santos*.

[*Recebida na Divisão de Redação a14 de julho de 2026.*]

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.